

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**ANA CAROLINA ROCHA XAVIER**

**A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E OS IMPACTOS DA CRISE DE  
2008 PARA OS PAÍSES EMERGENTES: O BRASIL DA  
DEFLAGRAÇÃO DA CRISE À GESTÃO ROUSSEFF (2010-2016)**

**GOIÂNIA  
2020**

ANA CAROLINA ROCHA XAVIER

**A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E OS IMPACTOS DA CRISE DE  
2008 PARA OS PAÍSES EMERGENTES: O BRASIL DA  
DEFLAGRAÇÃO DA CRISE À GESTÃO ROUSSEFF (2010-2016)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado à Escola de Direito e Relações  
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Relações Internacionais.  
Orientador: Me. Danillo Alarcon

GOIÂNIA

2020

Xavier, Ana Carolina Rocha. 2020.

A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008 PARA OS PAÍSES EMERGENTES: O BRASIL DA DEFLAGRAÇÃO DA CRISE À GESTÃO ROUSSEFF (2010-2016) / Ana Carolina Rocha Xavier. – Goiânia, 2020.  
Total de folhas: 76 p. il.

Orientador: Prof. Me. Danillo Alarcon

Monografia (Curso de Graduação em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações Internacionais, Goiânia, 2020.

1. Globalização Financeira. 2. Crise Financeira de 2008. 3. Mercados Emergentes. 4. Dilma Rousseff (2010-2016). I. Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Escola de Direito e Relações

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

ANA CAROLINA ROCHA XAVIER

### **A GLOBALIZAÇÃO FINANCEIRA E OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008 PARA OS PAÍSES EMERGENTES: O BRASIL DA DEFLAGRAÇÃO DA CRISE À GESTÃO ROUSSEFF (2010-2016)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação  
apresentado à Escola de Direito e Relações  
Internacionais da Pontifícia Universidade Católica  
de Goiás, como requisito parcial para obtenção do  
grau de Bacharel em Relações Internacionais.  
Orientador: Me. Danillo Alarcon

Aprovada em 04 de dezembro de 2020.

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Me. Danillo Alarcon (Orientador)

---

Prof. Dra. Maria Cristina N. Ferreira Neto

---

Prof. Ma. Neide Selma do N. O. Dias

## RESUMO

Ao longo das últimas décadas, o sistema capitalista tem apresentado diversas falhas em seu modo de operação. Essas falhas têm se tornado ainda mais evidentes, sobretudo com a adoção de políticas neoliberais a partir da década de 1980, concomitante à promoção da globalização financeira, que se agudizou entre os anos 1990 e 2000. A crise imobiliária estadunidense de 2008 evidencia como o fenômeno transformou não só o sistema financeiro vigente, haja vista a amplitude dos impactos econômicos, como os mercados mundiais de forma generalizada. Portanto, o corrente trabalho propõe-se a analisar as consequências da crise de 2008 para os mercados emergentes, com foco no Brasil. É fundamental compreender o arranjo nacional do país, por intermédio dos planos de governo e políticas monetárias de Lula e de Dilma Rousseff, desde a deflagração da crise a 2016, investigando como o arranjo internacional impactou o âmbito doméstico político, econômico e social. A pesquisa é majoritariamente de dados quantitativos, e utiliza-se de fontes secundárias, tais como livros e artigos que discutem aquele contexto. Em um primeiro momento, o Brasil enfrentou a crise com políticas anticíclicas, resumidas em medidas monetárias, fiscais e de crédito. Já a partir do mandato de Rousseff, o país tentou dar seguimento ao mesmo processo, contudo foi necessário reformular as diretrizes econômicas que passaram a ser designadas de “Nova Matriz Econômica”. Foram essas escolhas político-econômicas as principais consequências da crise e de seu desdobramento no Brasil.

Palavras-chave: Globalização Financeira; Crise Financeira de 2008; Mercados Emergentes; Dilma Rousseff (2010-2016).

## **ABSTRACT**

Over the past few decades, the capitalist system has shown several flaws in its mode of operation. These failures have become even more evident, especially with the adoption of neoliberal policies since the 1980s, concomitant with the promotion of financial globalization, which has intensified between the decades of 1990 and the 2000's. The 2008 American housing crisis has shown how the phenomenon has transformed not only the current financial system, given the extent of the economic impacts, but also the global markets in general. Therefore, the current work proposes to analyze the consequences of the 2008 crisis for emerging markets, with a focus on Brazil. It is essential to understand Brazil's national arrangement, through the government plans and monetary policies of Lula and Dilma Rousseff, since the outbreak of the crisis to 2016, investigating how the international arrangement impacted the domestic political, economic and social scope. The research is mostly based on quantitative data, and it uses primary from secondary sources, such as books and articles that discuss that context. At first, Brazil faced the crisis with countercyclical policies, summarized in monetary, fiscal and credit measures, as will be discussed later. As of Rousseff's mandate, the country tried to continue the same process, however it was necessary to reformulate the economic guidelines that became known as the New Economic Matrix. These political and economic choices were the main consequences of the crisis and its unfolding in Brazil.

Keywords: Financial Globalization; The 2008 Financial Crisis; Emerging markets; Dilma Rousseff (2010-2016).

## LISTA DE GRÁFICOS E QUADROS

Gráfico 1. Média Anual da Taxa de Crescimento do PIB em Grupos de Países Seleccionados entre 1991 e 2000 .....	25
Gráfico 2. Emissão Total de Novas Hipotecas e Participação das Hipotecas Subprime (2001–2006) .....	30
Gráfico 3. Taxa de variação do PIB do mundo e dos EUA (1990 - 2010) .....	35
Gráfico 4. Histórico do Índice de Volatilidade (VIX) de 2000 a 2010 .....	39
Gráfico 5. Fluxos de Capital Privado Líquido de Mercados Emergentes (Em porcentagem do PIB equivalente ao pico de 4,5% em 2007) .....	40
Gráfico 6. PIB: taxa acumulada em 4 trimestres (%) de 2003-2008 .....	46
Gráfico 7. Índice BOVESPA (2007-2010) .....	49
Gráfico 8. Evolução da Dívida Bruta do Governo Federal (% do PIB) .....	63
Quadro 1. Índice BOVESPA Dados Anuais (2007-2010) .....	49
Quadro 2. Taxa de Crescimento do PIB no Brasil (2003-2016) .....	62

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BCB - Banco Central do Brasil

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CASA - Comunidade Sul-Americana de Nações

COPOM - Comitê de Política Monetária

ECOSOC - Conselho Econômico e Social das Nações Unidas

FED - *Federal Reserve*

FMI - Fundo Monetário Internacional

FOCEM - Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul

GATT - *General Agreement on Tariffs and Trade*

IBAS - Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

NEPAD - *New Partnership for Africa's Development*

OIC - Organização Internacional do Comércio

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PAC - Programa de Aceleração do Crescimento

PDP - Política de Desenvolvimento Produtivo

PNUD - Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento

TARP - *Troubled Asset Relief Program*

UNASUL - União das Nações Sul-Americanas

UNCTAD - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

URSS - União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 A TRANSIÇÃO DAS POTÊNCIAS HEGEMÔNICAS DO SÉCULO XX PARA UM MUNDO GLOBALIZADO .....</b>	<b>13</b>
1.1 A ORDEM INTERNACIONAL PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL .....	13
1.1.1 O sistema Bretton Woods e os novos rumos da economia mundial .....	15
1.2 O COLAPSO DO MUNDO BIPOLAR E A ERA PÓS OCIDENTAL .....	17
1.2.1 A Globalização Financeira do Sistema Internacional .....	24
	29
<b>2 A CRISE INTERNACIONAL DE 2008.....</b>	
2.1 O COLAPSO DOMÉSTICO DO <i>SUBPRIME</i> DOS ESTADOS UNIDOS .....	29
2.2 A CRISE SISTÊMICA INTERNACIONAL DE 2008 .....	31
2.3 OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008 PARA O MUNDO .....	36
<b>3 AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE DE 2008 PARA A ECONOMIA BRASILEIRA (2008-2016).....</b>	<b>43</b>
3.1 O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1990 E OS ANOS 2000.....	43
3.2 O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA E OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008.....	48
3.2.1 A política econômica-monetária adotada no Brasil no imediato da crise ....	50
3.2.2 As respostas do governo Lula no plano multilateral .....	53
3.3 A CONTA PAGA POR DILMA ROUSSEFF .....	57
3.3.1 A política macroeconômica do governo Rousseff: entre os gastos públicos e o endividamento .....	59
3.3.2 As iniciativas no âmbito dos BRICS .....	63
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>67</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>70</b>

## INTRODUÇÃO

A globalização financeira instaurada por todo o sistema internacional foi um marco que precedeu o século XXI. Múltiplos fatores foram responsáveis por esse processo, e o principal deles consiste na “homogeneidade das reformas liberalizantes, entendidas como retração dos Estados Nacionais no que tange a regulação dos assuntos financeiros” (MIRANDOLA, 2010, p. 14). Em decorrência disso, os desdobramentos das relações internacionais entre os Estados ao longo do século XX resultaram em diversas transformações tanto do sistema político, quanto do econômico na esfera global.

O processo da globalização financeira, intensificada na década de 1990 com a integração das potências emergentes ao sistema, tal como meio de expandir os mercados para além do centro capitalista, passou a designar então, um arranjo oriundo das relações de fluxos econômicos, da própria cooperação internacional nos âmbitos bilaterais e/ou multilaterais e, até mesmo, do conjunto de políticas externas adotadas pelos Estados inseridos na teia global.

Nesse ínterim, o capital que antes era atrelado a um produto para circular no comércio mundial, se transformou num ativo. À vista disso, os fluxos e instituições financeiras se ampliaram gradativamente, de modo que a concepção do ordenamento internacional passou a ser analisada sob a perspectiva monetária. Concisamente, essa “financeirização da economia”, segundo Corazza (2005), ultrapassou a macroestrutura financeira assumindo uma forma desterritorializada e ininterrupta das operações que geram os fluxos financeiros.

Nesse arranjo internacional globalizado, os aspectos históricos e políticos sucederam uma intensa desregulação do sistema financeiro. As ações que intentavam viabilizar o crescimento econômico dos países capitalistas, em um primeiro momento, já apontam determinadas falhas que logo culminariam em crises cíclicas, defendidas pela premissa liberal como uma autorregulação do próprio mercado. Contudo, o descontrole aguçado dos países frente às transações de fluxo financeiro acabaria findando, posteriormente, ao choque sistêmico de 2008.

O fenômeno global corroborou com a abertura gradativa das fronteiras entre os países, promovendo uma maior participação dos atores estatais emergentes no comércio e nas discussões internacionais, como evidenciado anteriormente. Em contrapartida, a sua incapacidade de conter a instabilidade do ordenamento global,

sucumbindo a variadas crises foi igualmente responsável por expandir os empecilhos domésticos para o âmbito externo. Dessarte, essa integração econômica não os isentou de arcarem com os impactos dos desafios globais, pelo contrário, acabaram se tornando mais suscetíveis às consequências mundiais. Diante dos imbróglios que acometeram o sistema no século XXI, a análise aqui proposta consistirá em responder às seguintes questões: como a crise de 2008 impactou os mercados emergentes, em especial, o Brasil? Quais foram as medidas adotadas pelo governo brasileiro no recorte histórico proposto (2008-2016)?

Partindo desses questionamentos, esse trabalho que se desenvolveu sob a luz da análise majoritariamente econômica, se propõe a examinar as políticas monetárias, fiscais e de crédito adotadas pelo Brasil da deflagração da crise (2008-2009) ao fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff em 2014, no que tange reestruturar a economia brasileira perante a recessão mundial pós-crise de 2008. A pesquisa baseou-se em dados quantitativos, utilizando principalmente fontes secundárias, tais como livros e artigos que discutem aquele contexto. Examinaremos a bibliografia acerca do conceito de globalização financeira e da historicidade das consequências da crise de 2008 para o sistema, numa relação com as economias emergentes, especificamente o caso do Brasil. A proposta dessa monografia abará compreender, principalmente, a política econômica, monetária e fiscal dos governos já citados de Lula ao final do primeiro governo de Dilma Rousseff, em 2014.

A pesquisa aqui proposta segmenta-se em três capítulos. No primeiro, pretende-se contextualizar o ordenamento internacional estabelecido desde o final da Segunda Guerra Mundial (1945) e seus desdobramentos que resultaram no Acordo de Bretton Woods, bem como a insurgência das principais organizações internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU) e, na esfera econômica, Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Em seguida, será estudada a ascensão das políticas neoliberais na década de 1980, com destaque ao reordenamento internacional liberal pós Guerra Fria, capaz de suscitar a globalização financeira. Ainda neste capítulo, estudaremos como a economia brasileira se desdobrou no contexto da nova ordem internacional e diante da expansão das políticas neoliberais, tal como seu desenrolar político e econômico no processo de globalização do novo século XXI.

No segundo capítulo, buscaremos evidenciar a grande crise que assolou o sistema capitalista em 2008, consumando em uma crise financeira internacional. Para isso, verificaremos a raiz doméstica e cíclica do mercado de *subprimes*, isto é, hipotecas dos Estados Unidos e como a desregulação do setor associado a ampla oferta de crédito corroborou com o choque externo. Estudaremos também as consequências da crise para o mundo.

Finalmente, o último capítulo contemplará as políticas monetárias dos governos Lula e Dilma, bem como os efeitos da crise no decorrer do período de expansionismo econômico brasileiro. Por fim, iremos analisar também, em suma, o papel da governança global na contenção da recessão mundial e a multilateralidade brasileira nas esferas regionais, Sul-Sul e globais, com a atuação no Mercosul, IBAS e BRICS e, no G20. Por fim, apresentamos as conclusões referentes aos questionamentos levantados nessa seção introdutória e todo o contexto abordado que levou ao arranjo internacional do recorte histórico desse trabalho.

## 1 A TRANSIÇÃO DAS POTÊNCIAS HEGEMÔNICAS DO SÉCULO XX PARA UM MUNDO GLOBALIZADO

Ao longo da história, o sistema internacional foi constantemente moldado perante a ascensão e o declínio dos Estados, cuja busca pela expansão de poder e influência salientava o seu alto preço nas relações internacionais, delineando os vínculos políticos e econômicos do globo. Não obstante, a nova ordem construída após a Segunda Guerra projetou mudanças estruturais, direcionando os novos rumos da política e da economia mundial corrente.

Neste capítulo inicial estudaremos, então, a transição dos atores estatais desde a Segunda Guerra para o arranjo multilateral econômico, no qual se encontra o atual sistema mundial. Pretende-se discutir, especialmente, como as relações internacionais se desdobraram para um ordenamento econômico integrado. Especialmente, no que tange às políticas externas que acabaram promovendo o processo de globalização financeira que, conjuntamente com a promoção do neoliberalismo levou o sistema capitalista a uma grave crise internacional.

### 1.1 A ORDEM INTERNACIONAL PÓS SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

O século XX foi fortemente marcado pelas disputas de poder, considerando que “o poder é sempre um elemento essencial da política” (CARR, 2001, p. 135). À vista disso, desde a formação de uma ordem moldada pelas amarras diplomáticas europeias até a era contemporânea, consideravelmente globalizada, o sistema internacional percorreu um longo processo de transição.

O mundo encontrava-se em constante instabilidade perpetuada pela busca da maximização desse instrumento político de influência que fundamentada pela teoria realista, levava as nações ao conflito. Ainda que inserido numa cadeia anárquica de soberania, o sistema internacional culminava em uma configuração assimétrica de poder. Desse modo, o *status quo* passaria a ser definido em termos de hegemonia dos seus atores que não contariam exclusivamente com suas influências políticas, tendo em vista a preponderância da economia. Fator imprescindível ao desenvolvimento dos países e que passou a delimitar as novas prioridades da ordem internacional.

Com isso, os conflitos, assim como as relações no geral, do arranjo internacional, passaram a revelar até os dias atuais o domínio e a influência dos Estados no que se dispõem, principalmente, os poderes econômicos e militares. Uma vez que, por intermédio destes mecanismos, torna-se viável propor seus próprios interesses como universais.

Nesse íterim, a necessidade de conter o avanço das potências hegemônicas no sistema internacional fez com que os atores estatais buscassem uma disposição regulada por uma balança ou por um equilíbrio de poder. A adoção desse mecanismo não objetivava descartar o conflito e sim, utilizá-lo como instrumento da política mundial, pois controlaria as potências hegemônicas (NYE, 2009). Dessarte, foi possível então, manter a paz mesmo que por um curto período.

O período que sucedeu a Grande Guerra (1914-1918) resultou na criação da Liga das Nações<sup>1</sup> (1919) que visava manter estável o *status quo*, mitigando futuros embates sob a premissa do sistema da segurança coletiva<sup>2</sup>. No entanto, o insucesso da organização resultou na Segunda Guerra Mundial que, em números de morte e destruição considerada a maior da história, teve sua concretização inicial em 1939, com a invasão da Polônia.

O embate travado entre os países do Eixo<sup>3</sup> e os países Aliados<sup>4</sup> perdurou até 1945, tendo seu fim decretado com o declínio das potências do Eixo. Como resultado, a soberania dos países europeus se enfraqueceu com os anos em que sucederam a Segunda Guerra Mundial, de forma irrefutável, sobretudo, no âmbito econômico. Com a queda da Alemanha Nazista anunciando o fim da guerra, os impactos chegaram a atingir todo o mundo.

---

<sup>1</sup> “A Liga das Nações foi uma tentativa de substituir a anarquia internacional característica dos dias que antecederam a I Guerra Mundial por uma organização que pudesse utilizar sanções econômicas e militares contra países agressores, mantendo a segurança coletiva para Estados grandes e pequenos” (LOHBAUER, 2005, p. 45).

<sup>2</sup> “No começo do século XX, a geração do sistema de segurança coletiva foi o empreendimento mais audacioso até aquele momento visando à cooperação no campo da segurança. (...) O sistema é baseado na ideia da criação de um mecanismo internacional que conjuga compromissos de Estados nacionais para evitar, ou até suprimir, a agressão de um Estado contra outro” (HERZ; HOFFMANN, 2004, p. 74-75).

<sup>3</sup> Alemanha, Itália e Japão considerados membros principais. A ascensão dos ideais fascistas na década de 1930, por intermédio da Alemanha de Adolf Hitler, espalhou-se pela Europa tomando força, principalmente após a recusa, tanto da Grã Bretanha quanto da França, de assumirem um papel hegemônico no continente. Dessa forma, a extrema direita ascendeu diante o cenário internacional sob a asserção pautada no discurso autoritário e ideológico com o propósito de fortalecer e expandir a Alemanha, humilhada e enfraquecida economicamente.

<sup>4</sup> Possuía como base: Reino Unido, França, União Soviética e Estados Unidos.

Ao passo que, a força esmagadora proveniente do poderio militar permitiu aos Estados Unidos exercer um papel fundamental no conflito que assolava o mundo em meados do século XX. A forte expansão industrial do país contribuiu com a saída triunfante da nação estadunidense da guerra, tornando-se uma grande potência influente não só no domínio militar, bem como economicamente. Por conseguinte, visando reverter a situação dos países aliados, os Estados Unidos passaram a oferecer ajuda externa para que pudessem se reestabelecer. Sendo assim, a Europa Ocidental contou com a assistência do Plano Marshall. À medida que a Europa Oriental foi tomada pelas cortinas de ferro da União Soviética, que se estendiam tanto para o leste europeu quanto para o continente asiático.

Paul Kennedy (1989) constata que quando o conflito ainda se encontrava em seu apogeu, os Estados Unidos já articulavam as linhas mestras dos novos rumos em que se moldariam as relações internacionais. A guerra havia evidenciado as alterações no equilíbrio global de poder que levariam a configuração de uma nova ordem.

O século XX sustentou um longo e complexo processo econômico internacional que incluiu desde as relações comerciais, ao avanço tecnológico, os conflitos bélicos, bem como as crises financeiras e políticas, as reformulações dos fluxos monetários e a ascensão e declínio de potências. Paulo R. de Almeida (2001, p. 112) sintetiza esse desdobramento em três pilares: “preservação de um mesmo núcleo de economias dominantes; fluxo, refluxo e nova expansão da chamada interdependência global; organização social da produção dominada por um grupo restrito de atores relevantes” cujas transformações levaram ao funcionamento estrutural que temos hoje e que promove a livre circulação de capital.

### 1.1.1 O sistema Bretton Woods e os novos rumos da economia mundial

A instabilidade econômica do sistema internacional desde a crise de 1929, também conhecida como a época da Grande Depressão, fez com que os países adotassem medidas mais protecionistas. Ao passo que pouco tempo depois, a Segunda Guerra Mundial fundamentou a inevitabilidade dos Estados de discutirem a estrutura econômica global. Logo, quarenta e quatro representantes de Estados se reuniram em Bretton Woods, New Hampshire, nos Estados Unidos, para a Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas. Ante a asserção urgente de

“reconstruir o capitalismo mundial, a partir de um sistema de regras que regulasse a política econômica internacional” (BARRETO, 2009, p. 47).

O anseio pela solidez monetária ao longo do globo pautou as diretrizes no Acordo de Bretton Woods (1944). Dentre as resoluções definidas, ficou estabelecido que as taxas cambiais passariam a ser atreladas diretamente ao valor do dólar, cuja margem poderia variar em 1%. Dessa forma, a moeda estadunidense operaria proporcionalmente ao ouro, sendo taxada a uma base fixa. Portanto, a hegemonia dos Estados Unidos em meados do século XX, permitiu que sua moeda pudesse crescer regendo o mundo, além de dispor da supremacia nos setores industrial, tecnológico e militar (BARRETO, 2009).

A conjuntura global pós II guerra aspirava então, a um sistema internacional liberal que corroborou com uma maior expansão cíclica do capitalismo. O acordo de Bretton Woods evidenciava, principalmente, as negociações nos âmbitos monetários e financeiros (SILVA; HERREROS; BORGES, 2018), assim foram criadas duas organizações ao longo da conferência: o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), que posteriormente ficou conhecido como Banco Mundial.

Ao FMI foi atribuído a criação de um novo sistema monetário internacional responsável por garantir o fluxo das moedas no âmbito externo, especialmente, o dólar que passou a substituir a libra esterlina como base mundial. Em sequência, Nakada (2002, apud SILVA; HERREROS; BORGES, 2018) complementa que a atuação do BIRD em um primeiro momento ficou destinada à reconstrução econômica da Europa e, por conseguinte, passou a promover o desenvolvimento dos demais países por intermédio da concessão de empréstimos e financiamentos.

O fortalecimento do comércio internacional também resultou na cooperação por intermédio da possível criação da Organização Internacional do Comércio (OIC), que em conjunto com o FMI e o BIRD iriam delinear os rumos financeiros da recém criada ONU<sup>5</sup>.

As negociações para a fundação da OIC, embora incertas, se iniciaram com o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC) na Conferência sobre

---

<sup>5</sup> Em 24 de outubro de 1945 foi ratificada a Carta da Organização das Nações Unidas (ONU) que fundou a sua existência. “A ONU é uma organização intergovernamental, sendo a arena mais universal para a negociação de normas internacionais, mas também é um ator, assumindo posições e produzindo ideias dentro dos limites estabelecidos pelos Estados que a constituíram” (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 90).

Comércio e Emprego em 1946. Ao passo que no ano seguinte, em outubro, a Conferência de Genebra priorizou debater as questões tarifárias visando estimular o comércio, o que resultou na assinatura do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). Contudo, o acordo só entrou em vigor em janeiro de 1948, passando a coordenar o comércio internacional mesmo que de maneira pouco institucionalizada.

Ainda nesse ínterim, em novembro de 1947, era iniciada a Conferência de Havana, voltada para a formulação da Carta Constituinte da OIC, que por fim, acabou não sendo ratificada pelos Estados Unidos e portanto, não chegou a ser concluída sua criação (HERZ; HOFFMAN, 2004, p. 144-145). A responsabilidade frente ao grande desafio de expandir o comércio mundial passou a ser assumida pelo GATT (*General Agreement on Tariffs and Trade*). Para isso, visando fomentar o mercado, o processo de abertura mercantil se deu por intermédio de negociações que deliberavam, sobretudo, acerca das tributações impostas.

De 1947 a 1994, foram realizadas oito rodadas de negociações que definiram as normas e medidas capazes de promover as relações comerciais na época, à medida que englobava cada vez mais outros países. Embora as negociações não tenham apresentado êxito no que diz respeito a atuação da OIC como organização internacional, o GATT acabou fundamentando o início de um período de abertura comercial em um sistema econômico mais amplo.

Após esse fracasso, o tripé econômico pós segunda guerra mundial passou a ser composto por duas organizações e um acordo geral, que a despeito do seu caráter incompleto contribuiu para intensificação do comércio internacional e redução das tarifas de bens comercializados (ALMEIDA, 2015 apud SILVA; HERREROS; BORGES, 2018, p. 74).

A governança econômica global vigente ao longo do Bretton Woods apontava com clareza a submissão das bases institucionais às políticas estadunidenses, fator que, segundo Eichengreen (2003 apud PEREIRA, 2014), corroborava diretamente com a reprodução assimétrica de poder do sistema internacional, institucionalizada pela atuação das organizações financeiras multilaterais.

## 1.2 O COLAPSO DO MUNDO BIPOLAR E A ERA PÓS OCIDENTAL

A Segunda Guerra Mundial mal cessara quando o embate entre duas potências hegemônicas já apontava as disputas que levariam a uma nova conjuntura

internacional. A ordem bipolar havia sido estabelecida, de modo que o poder se dividia tanto nas mãos dos Estados Unidos, bem como da União Soviética (URSS).

A URSS controlava uma parte do globo, ou sobre ela exercia predominante influência — a zona ocupada pelo Exército Vermelho e/ou outras Forças Armadas comunistas no término da guerra. Os EUA exerciam controle e predominância sobre o resto do mundo capitalista, além do hemisfério norte e oceanos, assumindo o que restava da velha hegemonia imperial das antigas potências coloniais. Em troca, não intervinha na zona aceita de hegemonia soviética (HOBSBAWM, 1995, p. 224).

A nova paisagem estratégica da política bipolar definiu-se, principalmente, sob a asserção do choque ideológico. Não havia meio termo entre o capitalismo e o comunismo, restando às demais nações que aderissem a um dos lados, para que assim pudessem se manter inseridas no sistema internacional (KENNEDY, 1989).

As relações Washington-Moscú passaram a dominar o âmbito externo, haja vista que ambos se encontravam, basicamente, alinhados ao mesmo nível de estratégia beligerante. Nesse contexto, a necessidade de controlarem a corrida armamentista nuclear acabou se tornando iminente, tendo em vista a urgência em mitigar o confronto direto e o domínio do poderio militar entre as declaradas superpotências.

A Guerra Fria no decorrer do denominado “período da Détente”<sup>6</sup>, realocou os assuntos do âmbito da segurança para segundo plano, dando maior visibilidade no que diz respeito ao espectro econômico. Os esforços eram grandes em promover uma maior aproximação dos Estados, integrando-os especialmente na esfera comercial. Como resultado, vieram a ocorrer algumas reuniões mundiais como a UNCTAD<sup>7</sup>, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento das décadas de 1960 e 1970 e o estabelecimento do G-77<sup>8</sup> em 1964. Assim, o mundo globalizado contemporâneo já se firmava em um ordenamento mais amplo, ainda que,

---

<sup>6</sup> Período referente a atenuação da tensão beligerante entre os Estados Unidos e a União Soviética.

<sup>7</sup> “Buscou consagrar formas mais avançadas de relacionamento comercial, financeiro e tecnológico entre países ricos e pobres que pudessem institucionalizar, por meio de acordos multilaterais, o princípio do tratamento diferencial e mais favorável em favor dos últimos, mas os primeiros sempre manifestaram preferência por arranjos mais flexíveis, caracterizados pela concessão unilateral e seletiva (inclusive do ponto de vista político)” (Almeida, 2001, p. 122).

<sup>8</sup> Fomentou os meios para que os países do Sul articulassem e promovessem seus interesses econômicos coletivos, incrementando sua capacidade de negociação em todas as principais questões econômicas internacionais dentro das Nações Unidas, além de promover a cooperação Sul-Sul para o desenvolvimento.

posteriormente, o crescimento econômico do pós guerra passasse a enfrentar sérios percalços após esse curto período de prosperidade.

O papel desenvolvido pelos Estados Unidos como “regulador” do sistema capitalista não os assegurou proteção perante os efeitos do mercado internacional e, muito menos dos impactos provenientes da expansão econômica dos demais atores governamentais, como ocorreu com a recuperação do Japão e da Alemanha.

Não por acaso, o saldo negativo do balanço de pagamentos americano mostrou, a partir do início dos 70, uma participação cada vez mais importante do déficit comercial. Durante os anos 50 e 60 a balança comercial americana foi sistematicamente superavitária à despeito da posição deficitária do balanço global (BELLUZZO, 2016, p. 14).

A inconsistência do balanço de pagamentos referentes aos empréstimos internacionais já evidenciava as vulnerabilidades do Bretton Woods à medida em que as pressões financeiras pairavam sobre a hegemonia estadunidense. Logo, em 1971, o até então presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, anunciava a ruptura do padrão ouro-dólar pondo fim às normas do acordo.

O sistema econômico internacional percorreu um complexo processo ao longo da década de 1970. Logo após o fim do Acordo de Bretton Woods e com a ruptura do modelo ouro-dólar, a moeda estadunidense estabeleceu um novo regime mais flexibilizado. Com isso, gerou-se uma forte instabilidade dos anos 1970 que passou a refletir nas relações econômicas diretamente, por intermédio do câmbio flutuante.

O colapso do sistema Bretton Woods acabou, portanto, corroborando com a transgressão do domínio monetário dos Estados para a ascensão do setor privado na economia. Esse processo permitiu uma maior flexibilização das políticas monetárias sob a égide do crescimento econômico, salientado por políticas neoliberais que culminaria em uma descentralização financeira.

Se antes, no regime de finanças reguladas pelo Acordo de Bretton Woods, o fluxo de moedas e títulos era controlado pelos Bancos Centrais e organismos internacionais, agora, este fluxo é controlado por poucas redes multinacionais que fazem suas avaliações sobre a estabilidade de cada moeda e de cada título, (...) que emitem suas avaliações e desencadeiam movimentos abruptos de capitais, com todas suas consequências desestabilizadoras sobre o valor das moedas e demais variáveis macroeconômicas (CORAZZA, 2005, p. 129).

O fim do Bretton Woods precedeu o primeiro choque do petróleo da década, em 1973, evidenciando ainda mais as instabilidades econômicas da década. Tendo

em consideração a relevância do petróleo<sup>9</sup> no comércio mundial, sob o contexto da Guerra do Yom Kippur, também conhecido como o confronto entre Egito e Síria contra Israel, a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)<sup>10</sup> não satisfeita com o domínio estrangeiro do produto, anunciou um embargo limitando o acesso aos países aliados a Israel, como os Estados Unidos e os países europeus. Como consequência, a julgar pela baixa oferta proveniente do embargo a produção, o preço do barril de petróleo na época chegou a quadruplicar.

Anos depois, a crise do petróleo voltou à tona em 1979, dessa vez ao longo da Revolução Iraniana que acabou limitando a produção e exportação do país. Por conseguinte, o barril chegou a ser precificado em torno de US\$39. Em 1980, houve ainda a Guerra do Irã-Iraque, outro grande produtor de petróleo. Entretanto, as consequências da segunda crise não foram tão severas e com ambas as potências petrolíferas em crise, abriu-se alas para uma maior atuação dos demais membros da OPEP.

A participação do Terceiro Mundo, embora promissora não progrediu conforme o esperado. A década de 1980 salientava como a crise do endividamento externo acabou por atingir os países asiáticos, chegando a África e a América Latina. Além disso, a instabilidade de se garantir no sistema internacional corroborou com a fragmentação dos países periféricos e em desenvolvimento. Mesmo com os esforços nos quais originou-se o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), em conjunto com diversas outras convenções que promovessem a inserção destes atores na economia global, ainda que por intermédio de uma cooperação financeira mais assistencial.

Ainda na década de 1970, debatia-se uma linha teórica, salientada pelo objetivo de analisar os novos rumos das relações internacionais, sendo originalmente abordada por Robert O. Keohane e Joseph S. Nye<sup>11</sup> (1971-79), fundamentava-se então, a Teoria da Interdependência Complexa:

Levanta a ideia de que o poder internacional tem várias dimensões e não exclusivamente a segurança dos Estados, contrapondo-se até certo ponto e se tornando uma alternativa para a escola realista que

---

<sup>9</sup> Haja vista ser um recurso natural não renovável, desde que precificado, enfrenta fortes especulações financeiras até os dias atuais.

<sup>10</sup> Fundada em 1960, atualmente conta como membros: Arábia Saudita, Venezuela, Irã, Iraque e Kuwait, Líbia, Emirados Árabes, Argélia, Nigéria, Gabão, Angola, Guiné Equatorial e Congo.

<sup>11</sup> Os respectivos autores discutem acerca da Teoria da Interdependência Complexa nas obras originais intituladas: *Transnational Relations and World Politics* (1971) e *Power and Interdependence World Politics in Transition* (1977).

havia prevalecido durante as décadas da Guerra Fria (CADEMARTORI; SANTOS, 2016, p. 71).

Portanto, é notório a expansão dos assuntos abordados pelas agendas internacionais, derrubando essa hierarquização da segurança como norte das políticas externas. Além disso, o uso exclusivo da força dá lugar a um processo mútuo de cooperação ao desenvolvimento, permitindo assim, uma maior integração geopolítica.

Essa nova perspectiva da política mundial deixa de ser exclusivamente sobre a maximização de poder, como abordada anteriormente pela teoria realista, perpassando para o contexto da dependência mútua entre os atores internacionais. Os Estados abriram espaço para a uma maior atuação das organizações internacionais, principalmente no que concerne a governança global, pois tornou-se evidente o desempenho que eles passaram a exercer, em especial na promoção da cooperação.

Ao longo da década de 1980, o paradigma da interdependência complexa se enfraquece em determinados pontos. A eleição de Ronald Reagan fortalece a chama nacional estadunidense após as crises do petróleo, a derrota da Guerra do Vietnã, bem como os problemas domésticos aflorados pela inflação e pelo desemprego. As políticas neoliberais que iriam se difundir em peso, iriam reduzir ao máximo o papel do Estado, sobretudo no que tange os assuntos econômicos. Ao passo que, o então presidente reacende a atuação dos Estados Unidos na Guerra Fria, contestando a era *détente*, de modo a endurecer o conflito bipolar.

Quanto ao aspecto econômico, o dólar volta, em partes, a um patamar mais estável nos anos 1980. A lógica financeira passa a ditar as diretrizes econômicas, concomitantemente ao incremento da política neoliberalista que fundamenta ainda mais esse processo de desregulamentação monetária. Em primeira instância, atingindo os países centrais do sistema capitalista, chegando aos demais somente na década seguinte.

As estruturas econômicas passaram a sofrer intensas alterações por intermédio do processo de desregulamentação financeira que deu origem à diversas inovações, dentre as quais cabe citar a securitização de dívidas e a derivação. Essas inovações visavam ofertar uma maior cobertura de riscos, num contexto voltado para a ampliação especulativa do mercado, levando em consideração o fato no qual a flutuação cambial ainda se encontrava muito recente.

Nesse contexto, as instituições bancárias mergulharam fundo nessa reformulação estrutural que buscou estender suas atuações diretamente nas atividades financeiras. Fato indiscutível que culminaria, futuramente, na crise de 2008. Esse processo se deu, sobretudo, porque o capital deixou de ser aplicado exclusivamente no mercado produtivo de bens e serviços, passando a exercer um papel íntegro como capital especulativo, voltado para o mercado de ativos.

A política neoliberalista de Reagan e Thatcher corroborou diretamente com a minimização do papel do Estado, ante a afirmação de que tudo se resolveria pelo mercado. A cidade de Nova Iorque tornou-se então, o laboratório do neoliberalismo para o resto do mundo, a julgar pela sua forte privatização que, conseqüentemente levou à um período de maior desigualdade social, mas ainda assim, recebeu forte apoio da classe trabalhadora branca, isto é, daqueles que detinham dos recursos.

As redefinições da estrutura geoeconômica provenientes dos princípios neoliberais levaram à formulação do Consenso de Washington. Os debates ocorreram na capital estadunidense e se iniciaram em 1989-90. Originando um conjunto de regras redigido pelo economista John Williamson que, em suma, consistiam em: (1) disciplina fiscal; (2) redução dos gastos públicos; (3) reforma tributária; (4) determinação de juros pelo mercado; (5) câmbio dependente igualmente do mercado; (6) liberalização do comércio; (7) eliminação de restrições para o investimento estrangeiro direto; (8) privatização das empresas estatais; (9) desregulamentação (afrouxamento das leis econômicas e do trabalho); (10) respeito e acesso regulamentado à propriedade intelectual (LOPES, 2011).

Paulo Nogueira Batista (2009) ressalta ainda que os dez axiomas levantados pelo Consenso de Washington salientam três objetivos básicos: diminuir drasticamente a atuação estatal na economia internacional, seguido da máxima abertura de capitais e, sucessivamente, da comercialização de bens e serviços. “Tudo em nome de um grande princípio: o da soberania absoluta do mercado autorregulável nas relações econômicas tanto internas quanto externas” (BATISTA, 1994, p. 18).

Esse instrumento neoliberal acabou se tornando universal, transformando sutilmente tais medidas em políticas quase neocoloniais. Principalmente na propagação dessas medidas aos Estados considerados periféricos, levando em consideração a dependência que era imposta a esses países endividados e submetidos às novas normas dos empréstimos externos sem chance de recorrerem.

As políticas do Consenso de Washington foram aplicadas durante mais de duas décadas em contextos muito variados na África, América Latina, países da Europa de Leste e Ásia Central. Os países normalmente passavam por duas grandes fases, com o foco de intervenção a expandir-se primeiro na estabilidade macroeconômica e ajustamentos estruturais e, depois, incluir reformas institucionais que podiam contar com a luta contra a corrupção e ineficiências de infraestruturas (NAIM, 1999, apud LOPES, 2011, p. 05).

Os efeitos das relações econômicas mundiais ainda refletiam na disputa ideológica entre o capitalismo aos moldes de Reagan e do comunismo stalinista, entretanto de modos divergentes. A superpotência soviética desde a década de 1970, indicava sinais de esgotamento diante da sua fraca industrialização e baixa produção agrícola. Portanto, os investimentos quase que exclusivos da área militar ressaltavam problemas domésticos que levaram ao surgimento de movimentos opostos ao governo autoritário instaurado.

A falta de iniciativas para conter os principais problemas que assolavam a economia soviética já apontava o colapso do seu futuro como potência hegemônica internacional. Afinal, a URSS portou-se, ao longo de toda a Guerra Fria, como uma potência bélica, ou seja, nunca foi considerada hegemônica no âmbito econômico. Sendo assim, enfraquecida pela crise política, econômica e social instalada nas “cortinas de ferro”, a União Soviética foi dissolvida em 1991 consagrando o triunfo dos Estados Unidos. Emergia, na década final do século XX, uma nova ordem internacional sob a gerência da *Pax Americana*. Em conjunto com seus aliados, especialmente Europa Ocidental e Japão, os Estados Unidos fundam a ordem liberal, estruturando os princípios basilares sob a valia de fortalecer as alianças, estabilizar a economia mundial, promover a cooperação e defender os valores de um “mundo livre” (IKENBERRY, 2018).

O sistema mundo transgrediu de um parâmetro antes ocidental para um cenário mais globalista, ainda que moldado no arranjo ocidental dos Estados Unidos. Marcava-se então, o início de um processo mais consistente de integração econômica com o crescimento de potências periféricas e o fortalecimento das instituições multilaterais, delineado por Ikenberry (2018) como um sistema multifacetado de uma ordem internacional em expansão, organizada em torno da abertura econômica, das organizações mundiais, da cooperação de segurança e a solidariedade democrática.

### 1.2.1 A Globalização Financeira do Sistema Internacional

O sistema internacional que antes era bipolarizado, com o colapso da União Soviética e conseqüentemente o fim da Guerra Fria, difundiu-se em amplitude a uma nova ordem mundial. O processo de expansão global contemporâneo se inicia, com vigor, na década de 1990. Assim, a ordem liberal financeira e comercial, de políticas ocidentalizadas, avançou rumo aos demais países, promovendo um forte alinhamento mundial. É notório os esforços aplicados às reformas do sistema internacional. Nesse ínterim, as políticas neoliberais não alteraram apenas o papel dos atores globais, como toda a estrutura econômica que passaria por mudanças, lê-se desde as esferas monetárias, fiscais, financeiras e até mesmo as comerciais.

À vista disso, a globalização financeira foi fundamental para moldar as alterações estruturais da economia mundial corrente. Desde a ruptura do padrão ouro-dólar de Bretton Woods, seguido pelo fortalecimento de políticas neoliberais na década de 1980, o processo de expansão do sistema econômico foi capaz de reverberar veemente para as demais potências além do centro capitalista, principalmente nesta década de 1990.

A globalização financeira é vista como um processo de alargamento da área de atuação das instituições monetárias para além das fronteiras nacionais, o que aumentou relativamente a competição nos mercados (CARVALHO, 2008). Para Costa (1999), é necessário compreender a existência estrutural desse fenômeno com base na tríade entre a tecnologia da informação, a integração comercial e financeira e a internacionalização de processos de produção, fundamentada ainda por intermédio de sua conceituação:

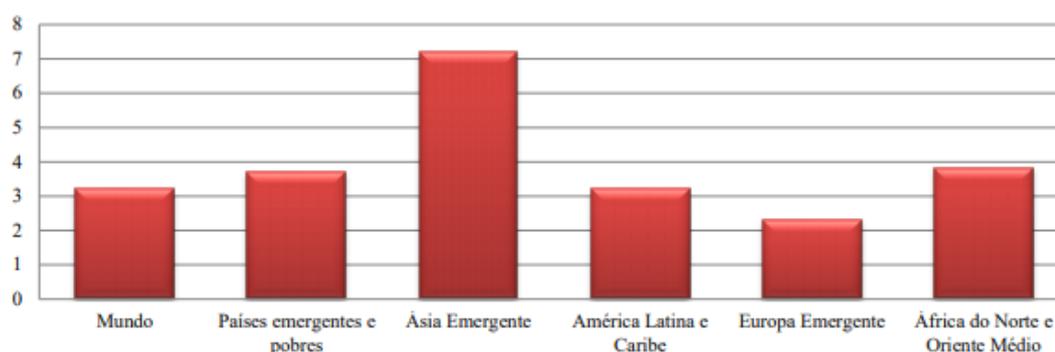
A crescente mobilidade e desmaterialização da moeda, reduzida à pura informação eletrônica transmitida (...) através do espaço cibernético, fez com que atividades dos mercados financeiros tenham se transformado em paradigma da desterritorialização das atividades, característica essencial do processo de globalização (COSTA, 1999, p. 354).

A tríade referida salienta uma das maiores reformulações do sistema internacional que consiste em como a integração mundial contemporânea se alastrou indo além do âmbito econômico-político, abarcando inclusive do setor público ao privado. Para Walter (1993, apud CORAZZA, 2005), o aspecto mais relevante da revolução financeira global se apresenta na dramática mudança na balança do poder

financeiro das autoridades públicas nacionais e internacionais em direção aos mercados privados. Destarte, a globalização econômica passou a desempenhar um peso gigantesco para o desenvolvimento da história contemporânea. Portanto, manter a estabilidade global e o desenvolvimento tornou-se uns dos maiores desafios nas relações internacionais.

Para as economias emergentes, agora ainda mais inseridas nas negociações e fóruns mundiais, a década de 1990 foi ainda um tanto paradoxal (MANZI, 2015). Nesse período, o *boom* nas respectivas taxas de crescimento econômico fez com que o PIB disparasse de maneira superior aos países desenvolvidos, ainda que estes demonstrassem também uma crescente em comparação aos anos anteriores.

Gráfico 1 - Média Anual da Taxa de Crescimento do PIB em Grupos de Países Seleccionados entre 1991 e 2000.



Fonte: Gráfico elaborado por Manzi (2018, p. 70) com base nos dados do FMI.

Não obstante, os números representados pelo indicador não foram capazes de suprir o *gap* econômico entre os países desenvolvidos e os emergentes, tendo em vista, a discrepância quanto aos níveis de renda, bem como o desenvolvimento social entre os grupos.

Com isso, a mesma década que apontava fortes crescimentos, por outro lado, evidenciava as falhas do mesmo sistema com a iminência de algumas crises. Manzi (2018) ainda salienta dois fatores que corroboraram com o paradoxo dos países em desenvolvimento: a princípio, o equilíbrio de suas moedas nacionais e a ancoragem ao dólar que permitiram um arranjo comercial mais propício às negociações. Contudo, em contrapartida, aumentava-se significativamente a vulnerabilidade externa desses países, concomitante a empecilhos domésticos.

Isto posto, Rodrik (2007) analisa 4 evidências empíricas acerca do processo de crescimento econômico dos países em desenvolvimento, em especial no que

concerne a sustentação desse fato nesse contexto: (1) Na prática, os surtos de crescimento se relacionam a uma gama de políticas reformistas, sendo nesses casos, um maior controle quanto às contas externas e a inflação ao longo dos anos 1980. (2) Essas reformas políticas, em conjunto com as transições de crescimento, combinam com elementos que o autor denomina de princípios de ordem superior da economia sólida e governança - direitos de propriedade, incentivos orientados para o mercado, dinheiro sólido e solvência fiscal. (3) Mesmo que partam da mesma origem, essas inovações e reformas acabam sendo instáveis de um país para outro, pois é necessário levar em consideração as circunstâncias locais. E, por fim, (4) manter o crescimento em constância é mais difícil que iniciá-lo, haja vista a complexidade e fundamentação dessas reformas, além das dificuldades em se ajustar à volatilidade externa.

Sob a égide do sistema internacional capitalista, esses países acabavam se tornando mais suscetíveis às crises iminentes. Nessas circunstâncias, o “terceiro” choque do petróleo indicava novamente, ao final dos anos 1990, segundo Sarkis (2000), os imbrólios quanto ao preço do insumo que consistiam no aumento incessante do consumo, além das relações políticas injustas e, portanto, instáveis que o Ocidente mantinha com os países produtores da OPEP.

Outro ponto indiscutível foram as crises asiática de 1997 e da América Latina ao final da década, alastrada pelo Brasil, México, Argentina, entre outros países. Inobstante a isso, devido a concentração mais regionalizada dessas crises, conjuntamente associadas ao histórico de problemas domésticos, não demonstraram grandes preocupações aos países centrais. Fato é, enquanto a base ocidental se mantivesse firme, todos esses pontos que levantavam questionamentos acerca do funcionamento pleno do neoliberalismo, no entanto, seriam apenas detalhes até que se chegasse à conflagração da crise de 2008 quando o avanço da doutrina neoliberal traria consigo ainda muitas consequências.

A abertura das relações entre os Estados gerou algumas transformações quanto à governança global. Sob outra perspectiva, o multilateralismo firmou-se com a reestruturação de diversas organizações internacionais tal qual o surgimento de outras, levando em consideração a necessidade de atender mais países e para isso, se concretizaram de maneira mais institucionalizada.

No caso do GATT, instituído como um acordo provisório, debatia-se em sua última rodada de negociação (Rodada Uruguai, 1994), no auge da propagação das

ideias liberais, a criação da Organização Mundial do Comércio (OMC<sup>12</sup>), que entrou em vigor em 1995. O FMI e o Banco Mundial (BIRD), também se reformularam institucionalmente na década de 1990, quando consumaram seus respectivos papéis na economia mundial, em relação às ajudas financeiras e aos empréstimos e financiamentos aos países, respectivamente.

Desde o início desse processo de globalização financeira, a forte desregulação político-econômica do sistema resultou também, na urgente necessidade de se fortalecer a governança global, principalmente cooperando na prevenção e gestão de crises (MANZI, 2014). O G7<sup>13</sup> então, tornou-se obsoleto, haja vista a não inclusão de países em crescimento, ficou inviável lidar com as soluções aos desafios globais.

Nesse contexto, urge a fundação do G20 (1999), cujo objetivo central visava estabelecer um elo mais próximo e fortificado entre os países emergentes e os desenvolvidos. Em suma,

As ações propostas no âmbito do G20 podem ser divididas em três grupos: (1) medidas para o aperfeiçoamento da governança econômica global e a reforma das instituições financeiras internacionais, (2) reforma da regulação do sistema financeiro internacional com conseqüências para as regulações nacionais e (3) aprofundar a coordenação macroeconômica internacional (CASTRO, 2011, p. 345 apud MANZI, 2014, p. 07).

Ao final do século XX, sob outra perspectiva, emergia simultaneamente um ideal antiglobalização no epicentro da maior potência neoliberal. Como resultado pela manifestação de Seattle (1999), o movimento contrário às políticas neoliberais tomou proporções tão grandes que os protestos chegaram a paralisar a Cúpula da Organização Mundial do Comércio - Ronda do Milênio, que acontecia paralelamente.

Para Bringel e Muñoz (2010) os movimentos antiglobalização vinham se fortalecendo anos antes, como uma resposta ao neoliberalismo que se pregava infalível, entretanto, apontava conseqüências negativas nas esferas sociais, econômicas e sustentáveis pró-meio ambiente.

Os protestos de Seattle e o nascimento do movimento antiglobalização supuseram uma importante mudança, tanto na sociedade

---

<sup>12</sup> “O objetivo primordial da OMC é fazer com que o comércio flua sem grandes abalos, e de maneira livre, de forma regular e previsível. Os meios para atingir este objetivo são a administração dos acordos de comércio, agindo como um fórum para negociações comerciais, sedimentando disputas comerciais, revisão de políticas nacionais de comércio, dando assistência aos países em desenvolvimento nas questões de política comercial através de assistência técnica e programas de treinamento e, por fim, cooperando com outras organizações internacionais” (PEREIRA, 2005, p. 04).

<sup>13</sup> Composto por França, Alemanha, Grã Bretanha, Estados Unidos, Japão, Itália e Canadá. Posteriormente, com a adesão da Rússia, denominaram-se G8.

internacional (uma vez que representa a irrupção de um novo ator internacional) como nas formas de mobilização política (já que insere um repertório renovado de ação coletiva, marcado por dinâmicas internacionais e transnacionais) (BRINGEL; MUÑOZ, 2010, p. 29).

As insurgências antiglobalistas não foram capazes de enfraquecer a doutrina econômica neoliberal. A mudança do século fomentou a ascensão dos demais países ao sistema, como a China, tendo sua alavancagem por meio de políticas e reformas implementadas de maneira rigorosa que incentivaram tanto os mercados doméstico quanto o internacional. E, permitiram se estruturar diante do comércio mundial com a sua adesão à OMC, em 2001. No mesmo ano, os EUA sofreram os atentados de 11 de setembro, que redirecionou a política externa de George W. Bush, com o estabelecimento da Guerra ao Terror com o Oriente Médio. Os altos custos bélicos corroboraram com o endividamento do setor público, embora não tivessem atingido a parcela civil estadunidense que se encontrava na primeira década do século XXI no ápice das negociações imobiliárias do país. Dessa forma, logo sucederia ao boom do setor imobiliário que ao securitizar as hipotecas sem fundamentos, culminaria na crise sistêmica internacional de 2008, se tornando a maior crise do capitalismo depois de 1929. Discutiremos o desenrolar da crise no capítulo a seguir.

## 2 A CRISE INTERNACIONAL DE 2008

A proporção em que se deflagrou a crise de 2008 trouxe questionamentos acerca do futuro do ordenamento econômico internacional, pautado ainda nos moldes neoliberais. O mundo globalizado, de abertura comercial, expansão econômica, por intermédio da desregulação financeira se tornaria, em partes, um dos grandes desafios da primeira década do século XXI.

Este capítulo busca analisar como a crise doméstica estadunidense do *subprime*, ou também conhecido como a crise das hipotecas, atingiu elevado grau de dispersão se consolidando como uma crise sistêmica internacional que se expandiu para os demais países. Sobretudo, analisaremos como a crise de 2008 afetou as economias emergentes e seus respectivos mercados, no que tange o efeito contágio que assolou as relações comerciais, especialmente, nos âmbitos do crédito externo e das *commodities*. Por fim, evidenciamos como a governança global se alterou no contexto pós-crise retomando à ideia de um possível colapso no sistema neoliberal.

### 2.1 O COLAPSO DOMÉSTICO DO *SUBPRIME* DOS ESTADOS UNIDOS

O processo de modernização do sistema financeiro estadunidense expandiu-se trazendo benefícios que fomentaram fortemente o âmbito doméstico. Ao longo da década de 1990, por exemplo, apontava-se o auge do ciclo expansionista da construção civil no país.

A mudança para o século XXI, fundamentou as alterações nas políticas monetárias do FED (Federal Reserve), o Banco Central dos Estados Unidos, como a redução da taxa de juros e a promoção na liberalização do crédito, principalmente após o atentado do 11 de setembro. Com isso, o processo de securitização<sup>14</sup>, iniciado ainda na década de 1980, passou a ser difundido com vigor pelas instituições bancárias permitindo alavancar diversos setores corroborando diretamente com a expansão do mercado imobiliário e, conseqüentemente, com a sua valorização.

A reestruturação do sistema financeiro habitacional norte-americano provocada pela liberalização financeira e pelo desenvolvimento da securitização de títulos hipotecários a partir de meados da década de

---

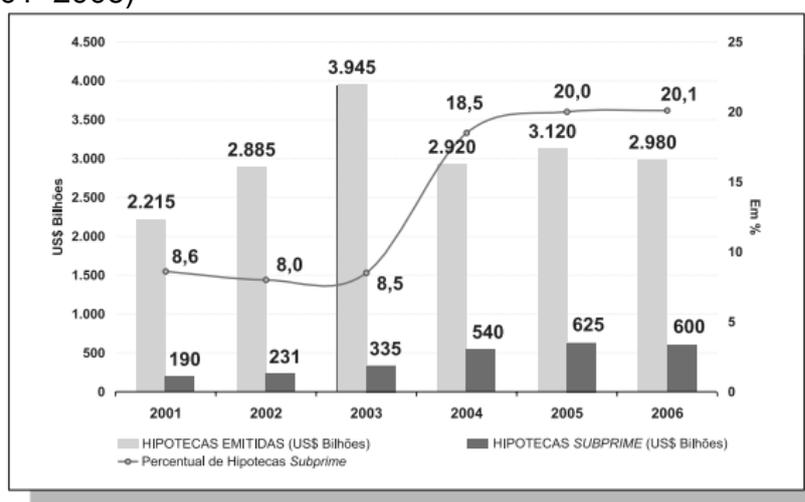
<sup>14</sup> Ela é uma modalidade financeira que toma os títulos negociáveis, flexibiliza prazos e taxas de rendimento, adaptável a múltiplos agentes, funcional à administração de riscos, substituta dos empréstimos bancários e, ao mesmo tempo, propicia aos bancos na captação de fundos (BRAGA, 1998, p.198 apud, BISOGNI, 2009, p. 06).

1980 tornou o mercado habitacional norte-americano integrado ao mercado de capitais (GONTIJO, 2008, p. 09).

Nesse mercado, os financiamentos permitidos ao se adquirir uma casa dividiam-se, basicamente, em prime e subprime, isto é, níveis de hipoteca. A primeira modalidade (prime) era voltada para a parcela populacional que possuía certo valor monetário, permitindo dar entrada no imóvel, além de estar sujeita a juros mais baixos. Por outro lado, a categoria subprime inovou possibilitando a venda de propriedades imobiliárias sem haver necessidade de possuir um valor para o sinal e destinada aqueles sem histórico de crédito ou até mesmo com inadimplência. Dessa forma, boa parte da população pode ter acesso a aquisição casa própria.

Com isso, houve uma enorme valorização financeira imobiliária não só no que tange os custos de um imóvel, mas principalmente, houve um incremento nas operações de negociação. Borça Júnior e Torres Filho (2008) apontam dois fatores responsáveis por analisar a proporção desses valores, a princípio, conforme já abordado, a maior inserção da parcela populacional que pode ter acesso a financiamentos e crédito, em partes sobrecarregando o mercado hipotecário. Por conseguinte, o crescimento das medidas de securitização de ativos imobiliários em um período que perdurou, majoritariamente, de 2001 a 2006.

GRÁFICO 2 - Emissão Total de Novas Hipotecas e Participação das Hipotecas Subprime (2001–2006)



Fonte: Elaboração de Borça Junior; Torres Filho (2007, p. 137) com base em Wray (2007).

Como é possível analisar no gráfico acima (BORÇA JUNIOR; TORRES FILHO, 2007), o processo de emissão das hipotecas teve seu ápice em 2003, quando o Comitê de Política Monetária do FED cortou as taxas de juros, fixando a 1%. O

mercado imobiliário chegou a negociar aproximadamente US\$ 4 trilhões em hipotecas emitidas. Em termos de crescimento total das hipotecas subprime, no período de 2001 a 2006, o mercado ampliou cerca de 11,5%, atingindo 20,1% do crédito habitacional do país.

Entretanto, os mercados são feitos de ciclos. Dessa forma, torna-se insustentável manter elevada faixa de expansão num cenário de recursos e demandas finitas. O esquema das hipotecas firmou-se sobre o incremento dos imóveis, de modo que permitia comercializá-los, quitando as dívidas dos financiamentos. A saturação do mercado imobiliário pôs fim a esse ciclo virtuoso, então o negócio que havia se tornado tão produtivo não conseguia mais suprir o crédito concedido.

Os bancos passaram a tomar as residências, ofertando-as em leilões. Contudo, a baixa demanda fez com que os preços despencassem conforme a lei do mercado. Além das propriedades construídas, a securitização transformou o crédito em ativos negociáveis colateralizados a fim de mitigar os riscos dos investidores, entretanto, perderam drasticamente seu valor sem a quitação das dívidas. As instituições bancárias que tiveram um papel primordial na inflação desses ativos de créditos imobiliários não conseguiam a oferta necessária para cobri-los, levando em consideração o alto risco que sobressaiam as operações.

Em 2005 já emergia uma certa preocupação quanto ao futuro das negociações imobiliárias. Em junho do ano seguinte, o FED subiu para 5,25% a taxa de juros, mas os reais efeitos começaram a concretizar no começo de 2007. Diversas instituições bancárias, hipotecárias e de investimentos que promoviam fundos, como a *New Century Financial*, a *Dillon Reed*, e a *American Home Mortgage Investment Corporation* (GONTIJO, 2008), entre outros, começaram a declarar falência e o fechamento de seus fundos indicando a dimensão dos prejuízos, cujos indícios inflaram a “bolha” especulativa do mercado financeiro que estouraria em 2008.

## 2.2 A CRISE SISTÊMICA INTERNACIONAL DE 2008

Os custos do processo de financeirização da economia global tornaram-se muito elevados perante o cenário que levaria a uma recessão mundial. O sistema globalizado e desregulamentado politicamente promoveu o alargamento da atuação das instituições privadas, integrando-as ao ordenamento de forma nunca vista, promovendo ainda mais a expansão da economia estadunidense frente ao mundo.

Entretanto, o ciclo da valorização entrou em colapso, iniciado com a era do *subprime* e culminando na crise internacional sistêmica de 2008.

Todo mercado, independente do setor, é composto por ciclos. Fases que correlacionam com outros diversos fatores e se submetem aos fundamentos mais básicos que correspondem a lei da oferta e da procura. Considerando o princípio basilar do “*laissez-faire*”, sob a luz da teoria neoclássica e dos pensamentos do pai do liberalismo econômico, Adam Smith, os colapsos cíclicos são fundamentais, pois funcionam como uma ferramenta de autorregulação, suprimindo assim a necessidade de qualquer atuação do Estado (CORAZZA, 2005).

Contudo, em um arranjo finito e até previsível, os investimentos no setor imobiliário que visavam fomentar a economia doméstica dos Estados Unidos fluíram até determinado ponto. Posteriormente, as falhas que serão abordadas nos capítulos a seguir comprovam a grave ruptura que não sustentou por si só a essa premissa clássica do liberalismo.

Não obstante, proporcionalmente, esses aspectos foram fundamentais para que a crise tomasse grandes proporções. Ainda mais se for levado em consideração que o processo no qual findou a debilidade econômica internacional em 2008, originou-se de um mero momento do ciclo de mercado.

Logo, a instabilidade econômica que se alastrou aos demais países do globo perpetuou seu caráter sistêmico. Agora mais complexo e consideravelmente maior que as crises precedentes, como a asiática e a da América Latina, o desequilíbrio do ordenamento econômico mundial iria expor o funcionamento do sistema capitalista no que tange às suas próprias falhas. O descontrole gerado ocasionaria alterações estruturais bem adversas ao efeito cíclico de um mercado qualquer.

A evolução para a crise financeira internacional (2008) ocorreu de forma consideravelmente rápida. Consoante a isso, Borça Junior e Torres Filho (2007) tornam evidente o discurso de Ben Bernanke. O então presidente do FED, acreditava em maio de 2007 que as consequências da descensão do sistema de crédito hipotecário estadunidense seriam limitadas e não afetariam os demais setores do sistema financeiro. Contudo, poucos meses depois, o tom de sua fala mudou drasticamente. Em agosto, o receio e a preocupação se fizeram presentes, de modo que Bernanke já apontava que os impactos iriam se difundir por todo o sistema financeiro.

Paul Krugman (2009) aponta o fenômeno da globalização como sendo um dos fatores responsáveis por expandir o que antes eram considerados problemas domésticos em desafios globais. Destarte, tal fator contribuiu fortemente com a rápida disseminação da crise imobiliária estadunidense de 2008 no cenário internacional. O que fazia com que os investidores corressem para o lado mais seguro, como as cotas do Tesouro dos EUA, por exemplo.

A crise de 2008 atingiu todos os mercados, do monetário ao de crédito, das bolsas de valores à de mercadorias (...), gerando um indício da escassez global de liquidez em dólares e tornando pior os termos de troca, devido à queda dos preços das commodities. A bolha financeira americana foi considerada a maior, desde a grande depressão de 1929 (CECHIN, MONTOYA, 2017, p. 150).

O caráter internacional foi além da atuação bancária. Toda a conjuntura econômica encontrava-se fragilizada. Os reflexos quase que instantâneos nos bancos europeus, bem como o derretimento das bolsas de valores, seguido dos impactos nos mercados de *commodities* dos países emergentes e, concomitantemente, nas manufaturas comercializadas pelos países asiáticos, consumaram o que Bernanke não esperava no início de 2007.

Ainda em julho de 2008 foi decretado a “Lei de Habitação e da Recuperação da Economia” que consistia, em suma, na recapitalização das instituições, especialmente as de grande porte como *Fannie Mae* e *Freddie Mac*. Tavares (2009, p. 04) ainda ressalta que a lei “criou um órgão para regulá-las (FHFA) e autorizou o Tesouro a comprar seus ativos e assumir seus passivos”.

O marco da crise global, não obstante, se concretiza com a falência do banco de investimentos Lehman Brothers, em 15 de setembro de 2008. Esse era um dos maiores bancos de investimentos dos Estados Unidos e não foi contemplado com a ajuda externa provida do FED e do Tesouro, conforme estava sendo feito com as grandes instituições. Logo, essa decisão de não salvá-lo findou, conseqüentemente, o choque do sistema interbancário que contemplava, de maneira interligada, outros países. Em primeira instância, as conseqüências já sucediam “as quedas nas bolsas mundiais e nos preços dos imóveis que liquidaram cerca de U\$30 trilhões de riqueza financeira até o final do último trimestre de 2008” (TAVARES, 2009, p. 04).

Nesses momentos de colapso, um dos maiores desafios é a articulação da política mundial. É necessário compreendermos que estas iniciativas, estritamente nacionais, não tratam a natureza especificamente internacional da crise, havendo a

necessidade de abordar a complexidade de determinados conflitos (GUTTMANN, 2009). Contudo, o arranjo analisado demandava urgentemente uma resposta política unificada, exigindo a adoção de medidas monetárias lideradas pelos bancos centrais do mundo todo e demais instituições, como a OMC e o FMI, os pacotes de ajuda aos bancos (*bail-out*) e o estímulo fiscal que puderam dar o impulso inicial de combate à instabilidade sistêmica instaurada.

A princípio, o FED acreditou que injetar liquidez na economia conteria a crise, contudo foi necessário, desde já, a atuação política que resultou numa demanda democrata de criar a Lei de Estímulo Econômico, cujas principais medidas foram de renúncia fiscal. Segundo Tavares (2009), elas visavam incentivar os investimentos, além da ampliação no preço das hipotecas que contavam com uma cobertura financeira “semi-oficial”.

Os bancos privados que não declararam falência, buscaram ajuda externa dos governos para se manterem de pé. Vizia (2011) sintetiza algumas outras medidas adotadas por George W. Bush, como o que resultou na criação do TARP (*Troubled Asset Relief Program*, ou programa de alívio para ativos problemáticos, em tradução livre). Basicamente, consistia em uma intervenção do governo estadunidense na compra desses ativos de baixo valor, um fundo cuja previsão em outubro de 2008 consistia em US\$356 bilhões, mas foi custeado em torno de US\$30 bilhões. Já em 2010, por intermédio do Banco Central dos EUA, também conhecido como FED, o “*Term Auction Facility*, programa para auxiliar instituições financeiras em dificuldade, nos EUA e fora do país, em ajuda cujo valor total somava US\$ 3,3 trilhões” (VIZIA, 2011, p. 23).

A crise de 2008 acabou se tornando um dos novos desafios globais do século XXI. Para mitigar os graves efeitos do desmantelamento monetário e dada tamanha proporção na qual assolou o sistema internacional econômico, urge a inevitabilidade de uma forte ação conjunta oriundo da governança global, que abarcasse uma articulação política complexa.

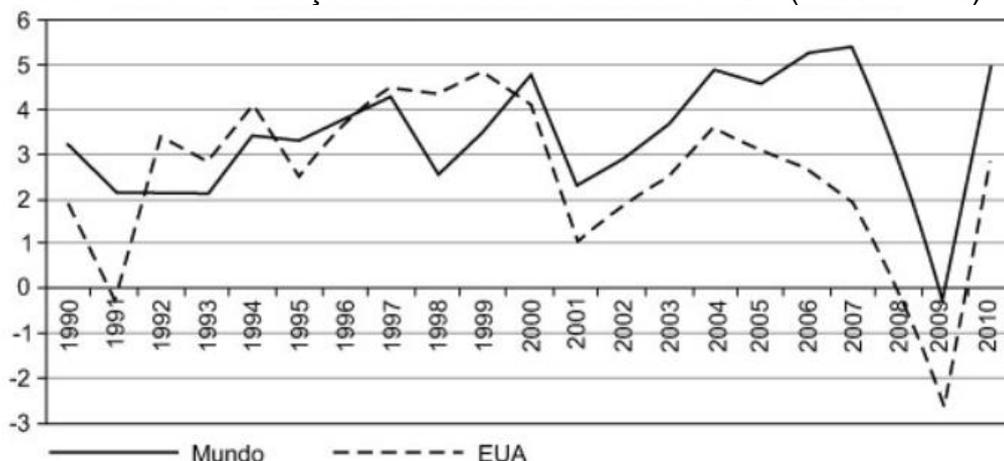
O G20, a instituição vigente para exercer a cooperação econômica internacional, logo promoveu uma cúpula em Washington, Estados Unidos, em novembro de 2008. Manzi (2015, p. 41) respalda que “a declaração final do primeiro encontro do G20 enfatizou que o principal objetivo do grupo era impedir o aprofundamento da recessão econômica e restaurar a confiança dos mercados financeiros internacionais”.

A cúpula resultou em um documento intitulado “*Declaration Summit on Financial Markets And The World Economy (2008)*”<sup>15</sup>, visando alicerçar o fortalecimento da cooperação em benefício da restauração da economia mundial. Os próprios países componentes do G20 reconheceram que os mecanismos utilizados para alavancar o crescimento econômico não contavam com a regulamentação necessária, resultando na maneira insustentável de lidar com a macroeconomia global (G20, 2008).

Destarte, a declaração do G20 pautou-se em estabelecer novas diretrizes de atuação voltadas para adoção de políticas monetárias, medidas orientadas para o equilíbrio do sistema financeiro, além de viabilizar uma reforma institucional sob a ótica de fortalecer os mercados por intermédio de regimes regulatórios. Em suma, os princípios da asserção consistiam no: (1) Fortalecimento da transparência e responsabilidade; (2) Aprimorar uma regulamentação sólida; (3) Promoção da integridade nos mercados financeiros; (4) Reforçar a cooperação internacional e (5) Reforma das instituições financeiras internacionais (G20, 2008).

A economia real abalou-se igualmente pela crise. Os impactos já refletiam no desemprego, nos EUA, por exemplo, com a queda do fluxo do setor de construção civil e, por conseguinte, no poder de consumo da população, principalmente com o endurecimento do crédito. Em conjunto com os demais fatores provindos da economia financeira, tanto dos Estados Unidos bem como de todo o mundo, resultaram, à vista disso, na queda abrupta de um dos indicadores mais relevantes da economia, o PIB, conforme é possível notar no gráfico a seguir.

GRÁFICO 3 - Taxa de variação do PIB do mundo e dos EUA (1990 - 2010)



Fonte: Elaboração de Dathein (2011) com base no IMF World Economic Outlook (2011).

<sup>15</sup> “Declaração da Cúpula sobre Mercados Financeiros e a Economia Mundial (2008)”, tradução nossa.

Os inúmeros esforços em atenuar os efeitos da crise nos levam a questionar sobre a real raiz do problema, remetendo ao estabelecimento da ordem internacional liberal e a promoção da política neoliberal resumida aos axiomas do Consenso de Washington. A falta de diligência em viabilizar um desenvolvimento econômico possível e palpável tal qual a intensa despolitização da economia, segundo Dulci (2009, p. 115), foi um dos fatores que levaram à crise, pois “o absolutismo do capital financeiro foi posto em xeque”. A minimização do poder estatal que articulou tal hegemonia só foi possível após ser precedido por meios políticos. Isto posto, fundamentou-se que a governabilidade do sistema entrou em colapso em virtude dessa transição de poder, que agora estava sob o controle das instituições financeiras privadas.

À vista disso, seria possível que as perspectivas pós-crise estivessem levando a economia a um provável fim do neoliberalismo? De fato, a demanda por políticas unificadas impediu a prolongação do distanciamento entre economia e política, indo na contramão da premissa neoliberal. Entretanto, é possível vislumbrar um período crítico e, no mínimo, transitório do neoliberalismo (IKENBERRY, 2018), requerendo uma nova versão desse sistema que lide com os desafios e vulnerabilidades do século XXI.

A recessão mundial, paradoxalmente, fortaleceu a figura do Estado. Em comparação à Grande Depressão (1929), houve uma tendência bem acentuada no que tange o retorno a políticas mais protecionistas, indo na contramão dos ideais libertários do neoliberalismo. Seria possível que a economia da depressão estivesse de volta? Em suma, Paul Krugman (2009) afirma que sim. Para o autor, os problemas econômicos são frutos de obstáculos estruturais, provenientes de doutrinas obsoletas. Krugman (2009) acredita que a crise culminou de um conjunto de erros das políticas econômicas dos países inseridos no sistema, assim ao refutar a premissa clássica liberal, o autor conclui a inevitabilidade de lidar com as fissuras dessa ordem a fim de evitar novos embates no futuro.

### 2.3 OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008 PARA O MUNDO

A segunda maior crise do capitalismo moderno logo se dissipou pelo mundo. De forma quase instantânea, se levamos em consideração que o sistema internacional se encontrava cada vez mais no ápice das relações globalizadas, a

integração passou a ir além do âmbito exclusivamente comercial ou das próprias fronteiras regionais.

Ao passo em que se expandia a ideia de crescimento econômico, alastravam-se os riscos de forma proporcional. Assim, o processo de financeirização global já concretizado, tornou-se o grande responsável por alterar, conseqüentemente, a arquitetura econômica do mundo.

Muito se fala acerca do papel das instituições bancárias nesse período, no entanto, os impactos da crise de 2008 perpassaram essa esfera. Os efeitos ecoaram, concomitantemente, nos mercados acionários das bolsas de valores mundiais, chegando a atingir as economias emergentes com as influências nos mercados de *commodities*, bem como nas indústrias de manufaturados da Ásia. Além disso, toda a sistemática do crédito internacional providas das instituições como o FMI e o BIRD também se encontravam comprometidas. Isto posto, as evidências já apontavam que a recuperação da maior recessão mundial dos últimos anos seria, no mínimo, desigual e lenta. Implicando, inclusive no que se refere às conseqüências a longo prazo.

Os impactos que a crise teve em cada país dependeram da exposição dos bancos a estes ativos tóxicos, da robustez do sistema financeiro de cada nação para suportar os efeitos iniciais, e das medidas adotadas por cada governo para responder aos desafios colocados pela turbulência financeira que se seguiu à quebra do banco norte-americano (VIZIA, 2011, p. 23).

A conexão entre os sistemas interbancários perpassa toda a estrutura que engloba também os fundos de investimentos, bem como as instituições que proveem as hipotecas dos Estados Unidos, conjuntamente com os bancos europeus, que já demonstravam fortes oscilações no mercado. Logo, em um primeiro instante, a crise avançou rumo aos países do centro do arranjo capitalista.

Os grandes bancos europeus que também se tinham globalizado e alavancado de forma análoga aos americanos, sofreram de imediato os efeitos do aperto de crédito no mercado interbancário e seus governos tiveram de socorrê-los em alguns casos mediante estatização explícita (TAVARES, 2009, p. 05).

O Relatório de Estabilidade Financeira Global emitido pelo FMI em abril de 2009, intitulado “Respondendo à Crise Financeira e a Medição de Riscos Sistêmicos”<sup>16</sup>, documenta como a “estabilidade financeira global deteriorou-se ainda mais, com os riscos de mercado emergentes tendo aumentado desde o Relatório de

---

<sup>16</sup> “*Responding to the Financial Crisis and Measuring Systemic Risks*” (FMI, 2009, tradução nossa).

Estabilidade Financeira Global de outubro de 2008” (FMI, 2009, p. 03, tradução nossa)<sup>17</sup>. O documento ainda trata da necessidade dos Estados em cooperarem em prol de uma governança global conjunta, como a atuação do G20, tornava-se cada vez mais iminente frente a disseminação dos impactos da crise.

O efeito contágio<sup>18</sup> propagava-se por intermédio dos meios de transmissão, canais que conectam mercados financeiramente, no caso supracitado de 2008. O que segundo Chaine (2013, p. 14) torna-se um agravante devido “às diferenças institucionais, econômicas e políticas presentes entre os países, além da ausência de um mecanismo explícito de coordenação econômica internacional”. Deste modo, os bancos europeus no geral, passaram pelo mesmo processo das instituições estadunidenses, aqueles que não foram reduzidos ou chegaram a declarar falência, foram atrás de recursos provindo dos seus respectivos Estados.

À vista disso, os primeiros choques seguiram adiante. Vulneráveis às variações do mercado como um todo, as principais bolsas de valores dos Estados Unidos (*NASDAQ, Dow Jones e S&P 500*) levavam consigo, de maneira precificada, o desequilíbrio da crise, resultando, simultaneamente, na queda das bolsas de todo o mundo.

Por outro lado, fez com que o índice VIX, também conhecido como índice do medo, disparasse como nunca visto. O VIX, fundado em 1993, é um índice de ações que mede preço das opções das ações que compõem o índice S&P 500. Segundo Reis (2019), o índice tem um impacto comportamental no mercado. Desse modo, quando o mercado financeiro fica mais apreensivo, os investimentos em países emergentes também sofrem consequências. Por fim, o índice é uma ferramenta que aponta os riscos no mercado acionário estadunidense, logo quando ele dispara, o cenário financeiro encontra-se em forte volatilidade. O alerta quando da crise de 2008 revelava o altíssimo risco frente o elevado arranjo da volatilidade da corrente esfera financeira.

---

<sup>17</sup> “*Global financial stability has deteriorated further, with emerging market risks having risen the most since the October 2008 Global Financial Stability Report*” (FMI, 2009, p. 03).

<sup>18</sup> Segundo Soriano e Climent (2006, apud CHAINE, 2013, p. 17): “aumento nas correlações cruzadas (entre os mercados) após uma crise ou choque”.

GRÁFICO 4 - Histórico do Índice de Volatilidade (VIX) de 2000 a 2010



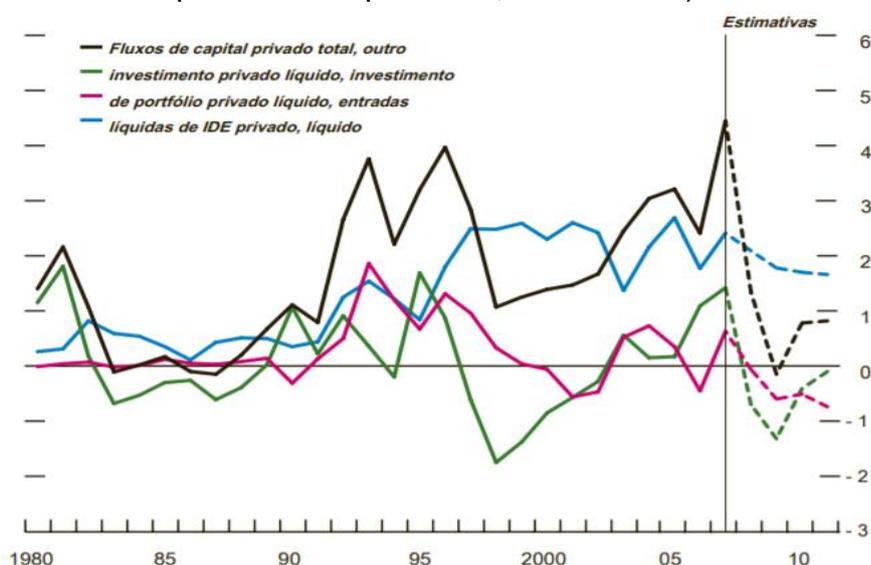
Fonte: Macro Trends, acessado em: 11 de outubro de 2020.

A complexa análise de Chaine (2013) quanto a correlação das bolsas de valores em períodos críticos, permitiu ao autor concluir que os impactos do choque de 2008 a outros países suscetíveis aos índices dos Estados Unidos, se correlacionavam dado o avançado estágio de interdependência financeira estabelecido no arranjo global. Nesse caso, países e regiões asiáticas com alto grau de exposição externa, como Hong Kong (*Hang Seng Index*), Japão (*Nikkei*) e Coréia do Sul (*Kospi*) tiveram evidentemente seus mercados abalados pela instabilidade mundial. Até mesmo países como a Rússia (*Russian Micex Index*) e China (*Shanghai Stock Exchange All Share Index*), considerados mais protecionistas em relação às influências da potência norte americana, no contexto das bolsas de valores, acabaram arcando com os efeitos de maneira perceptível.

Contudo, Chaine (2013) analisa que em casos como o do Brasil, México e Argentina, a correlação torna-se ainda mais forte, perpetuada pelo elevado nível de integração econômica e comercial em relação aos Estados Unidos. Além do fato no qual os investidores estadunidenses correspondem a parcela majoritária do capital especulativos nos mercados latino-americanos como o Ibovespa, *Inmex* e *Merval*, respectivamente, de modo que em momentos caóticos, os investidores tendem a repatriar seus investimentos gerando um alto fluxo de retirada que acaba desestabilizando esses índices (CHAINED, 2013).

Essa repatriação patrimonial externa corrobora diretamente com o desequilíbrio das economias emergentes. Afinal, o fluxo de capitais acaba sendo revertido para outros fins. Portanto, segundo o FMI (2009, p. 09, tradução nossa), o Investimento Estrangeiro Direto (IED) “em mercados emergentes deve diminuir significativamente, devido à diminuição do apetite das empresas de *private equity*, à falta de crédito disponível para financiar aquisições e à forte deterioração das perspectivas de crescimento cíclico nos mercados emergentes<sup>19</sup>”. Dessarte, esse redirecionamento ou fuga do fluxo de capitais privado tornou-se notório, conforme é possível observar no gráfico a seguir:

GRÁFICO 5 - Fluxos de Capital Privado Líquido de Mercados Emergentes (Em porcentagem do PIB equivalente ao pico de 4,5% em 2007)



Fonte: FMI, Banco de dados World Economic Outlook (2009).

Fora do contexto central do capitalismo, as economias consideradas periféricas tiveram que lidar com as consequências a curto, a médio e, em alguns casos, a longo prazo. A seguir, analisaremos brevemente como a crise chegou ao mercado asiático chinês de manufaturados, mas principalmente, como se perpetuou nos mercados emergentes em geral. Dessa forma, iremos contextualizar as proporções da crise internacional que implicará na análise do capítulo seguinte, o caso específico do Brasil.

<sup>19</sup> “Foreign direct investment in emerging markets is set to slow significantly, given diminished appetite from private equity firms, the lack of credit available to finance acquisitions, and sharply deteriorating cyclical growth prospects in emerging markets” (FMI, 2009, p. 09).

Ao longo do último trimestre de 2008, a crise escalou para outros mercados além do que concerne a égide bancária, como já declarado. As relações comerciais não foram resguardadas e as exportações tanto de manufatura como de *commodities* se desmantelaram em partes com a instabilidade financeira.

O petróleo viu-se mais uma vez em choque, com a forte queda em sua precificação a contaminação atingiu, principalmente, a economia russa, assim como os demais países que dependem da exportação do produto. O declínio abarcou, por conseguinte, o comércio de industrializados dos países do Leste Asiático, pois dependiam com vigor das negociações com os Estados Unidos e da Europa (TAVARES, 2009).

Em relação à China, o país sofreu com a forte desaceleração, no que concerne o seu crescimento econômico, embora tenha sido fundamentado ainda, especialmente, nas quedas das importações correspondentes aos tigres asiáticos e no Japão. Tavares (2009, p. 05) conclui que “este país, recém saído de uma depressão, teve a sua economia violentamente atingida pela crise global, entrando em recessão aberta numa velocidade superior à dos EUA e da Europa”.

Destarte, para os mercados emergentes, os impactos imediatos da crise de 2008 chegaram por dois caminhos, conforme sintetiza Dulci (2009, p. 106):

Uma, a do crédito, que ficou difícil, caro e eventualmente paralisado, no mercado interbancário e no fluxo dos bancos para as empresas; outra, a da queda de preços dos produtos básicos de exportação, ou *commodities*, matérias-primas e alimentos que, por sinal, haviam atingido elevadas cotações no começo de 2008.

O capitalismo global permitiu uma maior integração dessas potências ao sistema, contudo, não as deixariam imunes aos percalços da crise, pelo contrário. As economias emergentes vinham apontando um forte crescimento econômico, pautado no alargamento dos mercados externos e na alta comercialização de suas *commodities*. Enxergavam nessas economias um forte potencial expansionista moderno, onde promoviam investimentos internacionais por intermédio da liberalização do crédito.

A inconstância do sistema financeiro resultou numa forte desaceleração econômica que atrasaria a onda de crescimento vista na América Latina, naqueles anos. A contração do crédito, bem como da liquidez global, refletiu na região, impulsionando ainda mais o endividamento externo. Em 2010, era possível constatar que a recuperação da maioria dos países no arranjo da crise seria lento e desigual,

ao passo que aqueles que se encontravam no centro da ordem econômica já estariam estabelecendo uma conjuntura mais estável financeiramente, mitigando os efeitos da recessão mundial, embora ela ainda marcasse presença. Para esse atores, os “riscos macroeconômicos cederam à medida que a recuperação econômica se consolidou, auxiliada por estímulos de política econômica, a virada no ciclo de estoques e a melhora na confiança dos investidores” (FMI, 2010, p. 01, tradução nossa)<sup>20</sup>.

A intensa desalavancagem das instituições bancárias também corroborou com a promoção de um cenário mais estável. Contudo, não obstante, para os países emergentes era necessário considerar o equilíbrio entre risco e retorno para assim, retornar o direcionamento dos fluxos de capital aos países emergentes. Alguns fatores se tornaram atrativos para a recaptação desses recursos privados, como por exemplo:

Os diferenciais de crescimento relativo, valorização das moedas e aumento dos preços dos ativos, estão impulsionando o ressurgimento. Os fluxos têm sido direcionados a países considerados pelos investidores como tendo melhores perspectivas de crescimento cíclico e estrutural, como Brasil, China, Índia e Indonésia, bem como seus parceiros comerciais e financeiros, incluindo exportadores de *commodities*. (FMI, 2010, p. 28, tradução nossa)<sup>21</sup>.

Ainda assim, todo o globo enfrentava, mesmo que em diferentes níveis, uma parcela do caos originado da bolha especulativa das hipotecas dos Estados Unidos. Fundamentado, sobretudo, por uma política globalizada e neoliberal, que por conseguinte, enfraquecia assolando o sistema às suas próprias falhas.

---

<sup>20</sup> “Macroeconomic risks have eased as the economic recovery takes hold, aided by policy stimulus, the turn in the inventory cycle, and improvements in investor confidence” (FMI, 2010, p. 01).

<sup>21</sup> “Relative growth differentials, appreciating currencies, and rising asset prices are driving the resurgence. The flows have been targeted to countries perceived by investors to have better cyclical and structural growth prospects, like Brazil, China, India, and Indonesia, as well as their trading and financial partners, including commodity exporters” (FMI, 2010, p. 28).

### **3 AS CONSEQUÊNCIAS DA CRISE DE 2008 PARA A ECONOMIA BRASILEIRA (2008-2016)**

Para Stephen Jen, estrategista-chefe de câmbio do Morgan Stanley, empresa global de serviços financeiros, “o ‘pouso forçado’ nos mercados emergentes pode torná-los o ‘segundo epicentro’ da crise global” (KRUGMAN, 2009, p. 177 tradução nossa). O aprofundamento da crise nos países em desenvolvimento acabou solidificando a asserção de Jen. Por consequência do elevado grau de integração econômica, o choque avançou rumo às demais estruturas da arquitetura financeira global atingindo em cheio as economias emergentes, de modo que acabou concebendo uma “segunda” onda de impactos.

Antes da crise, é inevitável não considerar o cenário internacional como propício para o desenvolvimento brasileiro. Principalmente se for levado em consideração os resultados positivos apontados pelos mais variados indicadores socioeconômicos, provindos das alterações domésticas perpetuadas pelas políticas do governo de Lula (PT). Em contrapartida, o mesmo arranjo que trouxe benefícios para o crescimento econômico do Brasil, refletiu também o choque internacional.

Portanto, esse capítulo buscará responder como o processo de globalização financeira possibilitou o contágio para além do países do centro do arranjo capitalista, impactando os mercados emergentes de curto a longo prazo. O caso do Brasil nos permitirá reconhecer que a profunda depressão econômica para a qual o mundo estava caminhando era consideravelmente desigual. Por fim, concluiremos essa premissa analisando a política econômica adotada pelo Brasil da deflagração da crise (2008-2009) ao fim do primeiro mandato de Dilma Rousseff em 2014, no que tange principalmente à reestruturação da economia brasileira perante a recessão mundial pós-crise de 2008.

#### **3.1 O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA ENTRE OS ANOS 1990 E OS ANOS 2000**

A “década perdida” dos anos 1980 influenciaram a economia brasileira que apresentava alta da inflação, desequilíbrio fiscal, alta exposição externa gerando dívidas e o baixíssimo crescimento econômico, considerando sua estagnação. Portanto, buscando mudanças nessa conjuntura, tendo em vista o potencial da economia emergente brasileira, o país perpassou por diversas reformas.

Após o impeachment de Collor, o primeiro presidente eleito por voto direto depois do Regime Militar, Itamar Franco assumiu a presidência e foi o responsável pelas mudanças que demandavam a economia brasileira, finalmente surtiriam algum efeito, como a implementação do Plano Real.

A introdução da nova moeda cumpriu seu principal objetivo, que era a redução do processo de hiperinflação que afligia a economia brasileira desde a década de 1980. Para tanto, o governo buscou realizar um ajuste fiscal e monetário que estabilizou os preços por meio de uma “âncora cambial”, que também fixou a nova moeda ao dólar. A nova estratégia surtiu efeito e a taxa de inflação reduziu-se fortemente a partir de 1994 (MANZI, 2018, p. 163).

Contudo, os diversos problemas pendentes, mesmo com a pouca estabilidade pós reformas, levariam à crise de 1999, já no governo de Fernando Henrique Cardoso. Ele implementou no Brasil uma política externa aos moldes liberais; seu plano de governo delimitou-se voltado para a privatização, abertura e desregulação. Por intermédio das emendas da Ordem Econômica da Constituição, foi possível flexibilizar monopólios nacionais, bem como o ingresso de empresas estrangeiras, considerando o fim de concessões que diferenciavam a indústria nacional das externas. Ricupero (2017, p. 617) ainda salienta:

Foi também intenso o esforço legislativo do governo na aprovação das mudanças da legislação de concessões de serviços públicos, a fim de possibilitar a privatização nos setores de telecomunicações, elétrico e de petróleo.

Em seu segundo mandato, FHC enfrentava a crise de 1999. O desequilíbrio brasileiro sobressaiu de suas vulnerabilidades externas, além dos desdobramentos domésticos. Por conseguinte, a forte desvalorização do real nesse ínterim, requeria urgentemente um reajuste fiscal que se encontrava em absoluto desequilíbrio. Como resultado, foi promulgada a Lei de Reajuste Fiscal, bem como a alteração de suas políticas econômicas que corroboraram com a solidez da economia brasileira no âmbito externo:

(1) o governo passou a adotar o tripé macroeconômico – câmbio flutuante, meta de inflação e superávit primário e (2) houve um ajuste fiscal mais vigoroso pelo lado das receitas que incluíram o aumento da alíquotas de impostos já existentes e a criação de novas contribuições que elevaram consideravelmente as receitas do governo central (MANZI, 2018, p. 163-164).

Logo no início do século XXI, o arranjo internacional apontava o Brasil como uma grande aposta promissora, principalmente no que concerne ao desenvolvimento

de sua economia emergente. No entanto, ainda assim era considerado um mero coadjuvante no sistema internacional, com um papel de pouco destaque diante de sua extensa territorialidade e capacidade.

Não obstante, os índices socioeconômicos e a fragilidade política regionalmente instaurada pelos países da América Latina acabavam refletindo igualmente no Brasil. Os resultados numéricos dos governos de FHC pouco acrescentaram no final, por isso, para muitos, a eleição de Luís Inácio Lula da Silva foi vista com entusiasmo e esperavam-se mudanças frente ao cenário delicado no qual o país estava inserido.

A ação diplomática do Governo Lula é concebida como instrumento de apoio ao projeto de desenvolvimento social e econômico do País. Mas ela possui, também, uma dimensão humanista, que se projeta na promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento e para a paz. Está profundamente enraizada nos interesses e esperanças do povo brasileiro. É nacional, sem deixar de ser internacionalista. (AMORIM, 2004, p. 41).

As prioridades do país passaram a ser delineadas objetivando aumentar sua projeção internacional sob a égide de um sistema globalizado mais equitativo e democrático e menos excludente. Com essa postura, enxergava-se ali a primazia em firmar seu papel como potência regional sul-americana, principalmente no que concerne os limites do Mercosul.

Assim, a articulação sob os moldes comerciais foi colocada em prática por intermédio de acordos bilaterais e multilaterais, bem como uma maior atuação brasileira nos fóruns internacionais, haja vista o G20 no âmbito da OMC ou sua atuação no Conselho de Segurança da ONU. Além disso, houve ainda um grande esforço em estabelecer uma maior relação de cooperação, sobretudo na esfera Sul-Sul, como por exemplo o IBAS e o BRICS.

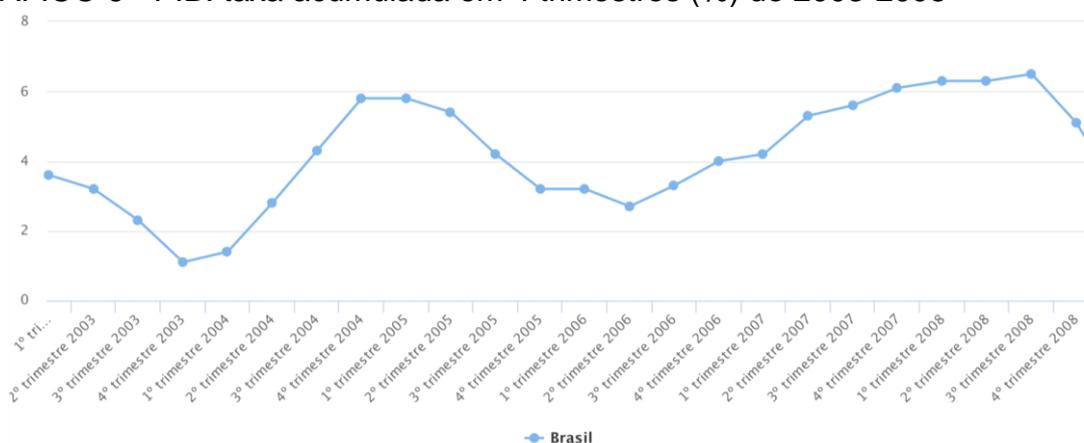
Destarte, a diplomacia do governo de Lula segmentou-se na ampliação dos intercâmbios comerciais, na atração de investimentos e na cooperação científica e tecnológica (AMORIM, 2004). Do mesmo modo, buscou estreitar os laços entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento por meio de uma maior projeção do Brasil no sistema global estabelecida com base em uma cooperação internacional voltada para a paz e o desenvolvimento. Quanto aos desafios domésticos, ante uma ótica mais humanizada, o desenvolvimento socioeconômico tornou-se parte da pauta principal englobando o combate à fome e à pobreza.

A diplomacia do governo Lula bem como o fortalecimento do *soft-power* endossado pelo seu papel pacífico e pró-cooperação trouxeram benefícios ao país. No entanto, por outro lado, as fraturas domésticas já salientavam algumas desordens. O país vinha de um arranjo de complicações financeiras provindos do governo de FHC, principalmente no que diz respeito a instabilidade econômica e a elevação da dívida interna. Contudo, esse desafio se manteve. Os gastos públicos permaneceram altos no governo de Lula, impossibilitando a contração da dívida bruta mesmo com a expansão econômica. O sistema político brasileiro também indicava graves adversidades, como ocorreu em 2005 com o caso do Mensalão. Como solução, Dilma Rousseff foi nomeada ministra-chefe da Casa Civil substituindo José Dirceu.

Ao longo do período de 2003 a 2008, da eleição até o ano em que a crise se deteriorava nos mercados financeiros dos Estados Unidos, o crescimento econômico brasileiro se deu de forma positiva frente a análise de alguns dos seus indicadores financeiros. Para isso, fatores como a melhoria na distribuição de renda resultante do aumento do produto per capita em um arranjo com estabilidade de preços, isto é, uma inflação equilibrada (CURADO, 2011), permitiu uma notável redução nos elevados índices de miséria e pobreza no país.

Destarte, no que tange o exame do PIB brasileiro no decorrer de 2003 até final de 2008, o governo Lula apontou uma forte retomada do desenvolvimento econômico, gerando um crescimento médio de 4,2% ao ano, como é possível aferir no gráfico abaixo:

GRÁFICO 6 - PIB: taxa acumulada em 4 trimestres (%) de 2003-2008



Fonte: IBGE - Contas Nacionais Trimestrais.

O desenvolvimento da economia brasileira nesse mesmo período, segundo o Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA) reduziu, conseqüentemente, a

taxa de extrema pobreza “de 11,49% em 2005 para 7,28% em 2009”, assim como da pobreza em geral do país quando “em 2005 esta taxa era de 30,82% enquanto em 2009 seu valor atingia 21,42%” (CURADO, 2011, p. 93)

Ao analisarmos esses dados, concomitante ao aumento na geração de empregos formais, o incentivo à educação e a criação de políticas públicas e programas sociais como o Bolsa Família por exemplo, podemos inferir como isso refletiu de maneira direta no poder de consumo da população. Com isso, fomentou-se ainda mais a economia brasileira.

As mudanças foram nítidas também no âmbito externo, sendo um país que demanda parte de sua receita do comércio mundial de *commodities*, logo em um primeiro momento, “as exportações de US\$ 60,4 bilhões (2002) subiram para US\$ 96,5 bilhões (2004) e o déficit de conta corrente saiu de 1,7% do PIB para um raro e fugaz superávit de quase 2%” (RICUPERO, 2017, p. 641).

Esses resultados eram evidências do ciclo expansionista das *commodities* brasileiras. A elevação dos preços, atrelado à baixa do dólar devido à valorização da moeda brasileira, levou o país a outro patamar no comércio mundial, principalmente no que concerne o fortalecimento das relações comerciais entre o Brasil e a China.

Em 2007, destacou-se a criação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) voltado para o planejamento e execução de obras de infraestrutura centrado no desenvolvimento acelerado e sustentável do Brasil. O PAC foi grandioso para o país, abarcando setores em áreas diversas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros. Os investimentos que somavam bilhões iriam promover um desenvolvimento econômico que levaria o PIB brasileiro a um crescimento de 5% ao ano e seriam aplicados em cinco blocos que segmentam-se em investimentos na infraestrutura, estímulo ao crédito e a financiamentos, melhoria do marco regulatório na área ambiental, desoneração tributária e, por fim, medidas fiscais a longo prazo.

Assim, até que ponto o comportamento da economia brasileira foi caracterizado por um processo consideravelmente efetivo de desenvolvimento? Fato é que posteriormente os erros apontados pela política econômica de Lula logo iriam refletir em embates domésticos muito mais complexos, resultantes da falta de controle e alinhamento das políticas monetárias e fiscais de seu governo. Não obstante, como já abordado anteriormente, o país, que almejava uma maior inserção no sistema internacional, não ficou imune aos efeitos da crise internacional de 2008, muito menos

das alterações sistêmicas que vieram em conjunto. Os dias estariam contados para a economia emergente brasileira receber os impactos da recessão mundial.

### 3.2 O CRESCIMENTO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO GOVERNO LULA E OS IMPACTOS DA CRISE DE 2008

O primeiro governo de Lula havia se mostrado muito produtivo e benéfico para o Brasil. Destaca-se um elevado crescimento econômico, seguido pela atenuação considerável dos seus problemas domésticos, em sua maioria socioeconômicos. Naqueles anos, o superciclo das *commodities* internacionais impulsionou a economia brasileira frente às esferas agropecuárias e minerais (MANZI, 2018).

É inegável o fato no qual a economia brasileira encontrava-se estável e em tese, fortalecida, ativamente impulsionada nos mais variados níveis, como demonstrava a melhora em seus indicadores econômicos e sociais.

A inflação estava em um patamar historicamente baixo para o país, as finanças públicas haviam passado por um processo de equilíbrio que traduziu-se em uma redução da relação da dívida pública, ao longo dos anos 2000, e o país acumulou vultosas reservas internacionais, o que reduziu significativamente a vulnerabilidade das contas externas do Brasil (MANZI, 2018, p. 171).

A deflagração da crise em setembro de 2008, com a quebra do banco de investimentos Lehman Brothers, desencadeou consequências para todo o sistema. No entanto, esse efeitos impactaram os países de formas divergentes. Como evidenciado anteriormente, nos primeiros instantes da crise, o choque atingiu as economias centrais do arranjo capitalista. De modo que só assolou os mercados emergentes posteriormente, permanecendo mesmo quando a recessão já havia apresentado certa melhora em alguns locais.

Como resultado, em um primeiro instante, os impactos acometeram de imediato e com exclusividade o mercado acionário brasileiro, sendo precificado pelo Índice da Bovespa, a bolsa de valores do Brasil. À vista disso, considerando o alto fluxo de investimentos estrangeiros, em especial provindos dos Estados Unidos, simultâneo ao forte desequilíbrio financeiro do sistema, a tendência de repatriar esse capital externo resultou no imenso declínio do índice brasileiro.

A deterioração das condições financeiras nas economias centrais, marcada por forte deflação dos ativos, contribuiu também para o menor dinamismo do mercado de capitais brasileiro, e em particular para uma brutal retração do mercado acionário primário (FREITAS, 2009, p, 130).

QUADRO 1 - Índice BOVESPA Dados Anuais (2007-2010)

ANO	PREÇO MÉDIO DE FECHAMENTO	ABERTURA /ANO	MÁXIMA /ANO	MÍNIMA /ANO	FECHAMENTO /ANO	% DE VARIAÇÃO ANUAL
2007	53,114.10	45,383.00	65,791.00	41,179.00	63,886.00	43.65%
2008	55,299.58	62,815.00	73,517.00	29,435.00	37,550.00	-41.22%
2009	52,766.65	40,244.00	69,349.00	36,235.00	68,588.00	82.66%
2010	67,258.32	70,045.00	72,996.00	58,192.00	69,305.00	1.05%

Fonte: Macro Trends, acessado em: 28 de outubro de 2020.

GRÁFICO 7 - Índice BOVESPA (2007-2010)



Fonte: Macro Trends, acessado em: 28 de outubro de 2020.

Como é possível inferir do quadro 1 e do gráfico 7, o IBOVESPA que se encontrava em maio de 2008 na casa dos 73 mil pontos, despencou para 29 mil pontos em outubro do mesmo ano, resultando numa variação anual de - 41,22%. E ainda que recuperasse cerca de 82% no ano seguinte (2009), não foi capaz de bater os 55 mil pontos de preço médio de fechamento do ano anterior, em 2008.

Nessa conjuntura, ao longo do ápice da crise de 2008/2009, Lula enfrentava os primeiros reflexos para os mercados emergentes. Para D'Agostini (2008) a fuga de capitais levou à desvalorização da moeda nacional, que logo sofreu pressões inflacionárias dada a elevação do preço dos insumos importados, além da redução do saldo em conta dado o preço do petróleo e o aumento das remessas de lucros para o

exterior. Esses desdobramentos foram resultados da interrupção abrupta das linhas externas de crédito internacional, como meio de desalavancar o sistema financeiro, gerando uma forte retração da moeda brasileira: “entre 15 de setembro e 15 de outubro, o real se depreciou em 22,7%” (FREITAS, 2009, p. 132).

Nesse ínterim, os efeitos da crise passaram a assolar outros pontos da economia, afetando o ciclo das *commodities*, responsáveis pelos números positivos da balança comercial brasileira. Como resultado, em 2009, “a economia registrou uma forte desaceleração econômica e o PIB teve uma pequena retração de 0.1%. Mas, já em 2010, a economia teve uma rápida recuperação econômica e o PIB teve um 171 crescimento de 7.5%” (MANZI, 2018, p. 171).

Essa pequena retração seguida de uma rápida recuperação, no entanto, só foi possível, pois Lula acabou usufruindo da reserva financeira que o país possuía para manter a economia em plena dinâmica. Além disso, por intermédio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2007) e da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP-2008)<sup>22</sup> foram investidos recursos na construção e no estabelecimento da infraestrutura brasileira, o que permitiu a criação de empregos e a manutenção ativa da economia. Por outro lado, o então presidente acabou protelando as reais consequências da crise, adiando o inevitável.

### 3.2.1 A política econômica-monetária adotada no Brasil no imediato da crise

O período de expansão econômica brasileira nos primeiros anos do século XXI, foi concebido pela viabilidade conveniente dos cenários internacionais, em conjunto com o equilíbrio provindos das reformas domésticas. Inobstante, a crise internacional sistêmica desregulou desde as instituições bancárias, que forneciam créditos e investimentos, aos mais variados mercados, sejam industriais ou manufaturados. Nessas circunstâncias, os esforços de Lula em atenuar os efeitos da crise que

---

<sup>22</sup> “A Política de Desenvolvimento Produtivo anunciada no dia 12 de maio (2008) estabeleceu como objetivo central dar sustentabilidade à expansão da economia e definiu como objetivos particulares incentivar e ampliar os investimentos produtivos, elevar as taxas de crescimento da economia brasileira e permitir que tal crescimento se dê em bases sustentáveis. Definiu como desafios a ampliação da capacidade de oferta na economia, a elevação da capacidade de inovação das empresas, a preservação da robustez do balanço de pagamentos e o fortalecimento das MPE. Em linhas gerais, a Política inclui renúncia fiscal de R\$ 21,4 bilhões até 2011 com incentivos ao investimento, P&D e exportações, e financiamentos, pelo BNDES, no valor de R\$ 210,4 bilhões para projetos de ampliação, modernização e de inovação na indústria e no setor de serviços. Programas da Finep complementam os esforços em P&D” (ALMEIDA, 2008, p. 04).

deflagrou ao final de 2008, visando dar continuidade ao período de crescimento econômico brasileiro, demandou a adoção de políticas econômicas, monetárias e fiscais, concomitante aos ajustes que os outros países vinham tecendo. Até para que se permanecesse viável dar seguimento a expansão econômica que o Brasil havia experienciado.

O país logo viu-se em uma encruzilhada acarretada pelos choques da crise: a resposta do mercado acionário com a repatriação dos investimentos estrangeiros, seguido pela intermissão no *boom* das *commodities* no período de instabilidade, a desvalorização cambial e, por fim, a paralisação quanto às linhas de crédito externas.

Para isso, precedendo o marco da crise em setembro de 2008, o Banco Central do Brasil já articulava o ajuste inflacionário previsto pelo regime de metas de inflação<sup>23</sup>. Assim, foi possível estabelecer a inflação regida pelo IPCA (2008) a 4,5%, considerada o ponto médio da meta. Mesmo com o risco inflacionário já delatado, no decorrer do ano já prevendo os choques internacionais, em especial as *commodities*, o IPCA acabou se afastando do centro da meta. Outro ponto relevante condiz ao cerne da taxa básica de juros (Taxa Selic), delimitada pelo COPOM (Comitê de Política Monetária) em abril de 2008 a 11,25% a.a., havendo um incremento de 2,5%, sendo taxada a 13,75% em 10 de setembro de 2008.

O último aumento da meta da taxa básica de juros ocorreu, portanto, em meio à intensificação das turbulências nos mercados financeiros internacionais e ao movimento de intensa deflação nos preços internacionais das *commodities* agrícolas e do petróleo (FREITAS, 2009, p. 134).

Infelizmente, essas medidas conservadoras pouco contribuiriam em relação a recessão proveniente da crise. Em contrapartida, refletiriam de qualquer modo na economia brasileira, “a demora em reduzir a taxa SELIC e a lenta velocidade com a qual isto ocorreu tiveram impactos contracionistas, constituindo uma componente recessiva interna aos impactos recessivos de uma crise externa de grandes proporções” (ARAÚJO; GENTIL, 2011, p. 16).

Ainda assim, a recuperação brasileira no contexto pós-crise tenha sido rápida, sobretudo no que tange às expectativas para um país em desenvolvimento,

---

<sup>23</sup> “O objetivo é manter a inflação na meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) para o ano-calendário (janeiro a dezembro) mediante o monitoramento das expectativas em relação à evolução da inflação, da taxa de juros e do desempenho da atividade econômica. Nessa estratégia de condução da política monetária, as decisões relativas à meta da taxa de juros são tomadas com base nos cenários prospectivos de desempenho macroeconômico, delineados nos Relatórios de Inflação, divulgados trimestralmente pela autoridade monetária” (FREITAS, 2009, p. 134).

considerando as baixas expectativas e a prolongação dos efeitos sistêmicos a um mercado parcialmente sólido. Isso só foi viável, pois segundo Araújo e Gentil (2011, p. 13), “entre as principais causas, é comumente citada a ação do conjunto de políticas implementadas pelo governo brasileiro, que teriam sido conduzidas por um viés anticíclico a partir da eclosão da crise financeira”.

Desde o estouro da crise à insurgência de seus efeitos ao sistema, a tendência geral adotada pelas economias correspondiam a quatro intervenções: “1) medidas para recuperação (ou “desempocamento”) do nível de liquidez da economia; 2) medidas para garantir a solidez do setor bancário, reduzindo o “risco sistêmico”; 3) medidas para conter a crise cambial; e 4) medidas de estímulo fiscal” (ARAÚJO; GENTIL, 2011, p. 13).

À vista disso, uma das primeiras medidas políticas adotadas foi quanto às reformas dos compulsórios, estabelecida pelo Banco Central do Brasil, no que consiste as “alterações na regulamentação do compulsório sobre os depósitos à vista, a prazo, e na exigibilidade adicional que incide sobre os depósitos à vista, a prazo e de poupança” (FREITAS, 2009, p. 137). Como uma solução resguardada a essas alterações, foi seguida pelo processo de injeção de liquidez aqui no Brasil que partiram do Banco Central e do Ministério da Fazenda, de maneira consideravelmente rápida.

Em nosso caso, a forma de injetar liquidez na economia deu-se pelo método de transferir recursos do Tesouro aos bancos oficiais (BNDES, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal), para que concorressem com os bancos privados nos empréstimos e na competição por menores spreads. O abuso da modalidade brasileira dessa política traria mais tarde consequências nocivas à conjuntura econômica (RICUPERO, 2017, p. 642).

Em seguida, a fim de reduzir o risco sistêmico, a estabilidade do setor bancário seria realizada por meio da desalavancagem de suas atividades promovidas pelas respectivas instituições. Dessarte, ficou viável com a desregulação dos compulsórios a prazo, possibilitando “às instituições maiores a adquirir instituições de pequeno e médio porte – as mais afetadas pela crise. Também entra neste grupo de medidas a autorização dada para que o BB e a CAIXA adquirissem instituições financeiras em dificuldade” (ARAÚJO; GENTIL, 2011, p. 14).

Quanto a crise cambial, ainda que o real estivesse sob regime de desvalorização, o BCB soube articular as reservas financeiras, de modo que pouco se alteraram financeiramente. Araújo e Gentil (2011, p. 15), ressaltam duas medidas: “as principais foram as intervenções do BC através de operações de venda de dólares no

mercado à vista e através de leilões de venda com compromisso de recompra”. Por fim, vieram as medidas fiscais que permitiram ao governo ofertar desonerações tributárias temporárias para diversos setores como o automotivo, para bens de consumo duráveis, construção civil, bens de capital, por exemplo. Pois, visava manter e aumentar a produção, as vendas e os empregos, sustentando e fomentando assim a economia brasileira, num contexto em que o endurecimento do crédito acabou ressurgindo como uma aversão ao risco.

O grande problema que surtiria após essas medidas é que enquanto muitos países buscavam estabilizar suas respectivas economias indo em busca de opções contrárias ao risco proeminente, o Brasil, por meio de ações descabidas e sem medidas voltadas para o expansionismo de sua economia, acarretaria ao país um elevadíssimo excesso em relação aos gastos públicos que não seria resolvido nesse governo, mas iria perdurar futuramente.

### 3.2.2 As respostas do governo Lula no plano multilateral

A multilateralidade do novo ordenamento internacional entre os Estados não era novidade. As coalizões já sucediam os debates pertinentes ao seus próprios interesses, tendo como propósito dar continuidade na condução da governança global. Com o processo de globalização vigente, sincrônico a abertura financeira, os países economicamente líderes passaram a viabilizar aos países emergentes uma maior receptividade ao sistema, marcada majoritariamente por acordos comerciais e fóruns internacionais promovidos pela OMC, ONU, cabendo destacar também o processo transitório do G7-G8<sup>24</sup> para o G20, em especial no pós crise de 2008.

A presença brasileira no comércio mundial, em especial ao longo do superciclo das *commodities*, permitiu ao país aprimorar as negociações, abarcando nas agendas nacionais de FHC e Lula uma política externa comercial que expandiu veemente seus limites territoriais.

O multilateralismo econômico limita-se hoje a reger as relações entre países que não integram um mesmo arranjo regional ou aqueles

---

<sup>24</sup> A instabilidade econômica da década de 1970, com os rearranjos pós fim do Acordo de Bretton Woods, sem desconsiderar os choques do petróleo (1973; 1979), tornou-se pauta inerente das agendas internacionais. Nesse ínterim, urge a obrigação dos países em se organizarem frente ao desafio predominante de manter a economia global sob controle, resultando na aliança entre França, Alemanha Ocidental, Grã-Bretanha, Estados Unidos, Japão, Itália e Canadá, designando o G7. Posteriormente, em 1997, o ingresso da Rússia ao grupo passou a denominá-los de G8, Manzi (2014) ressalta que a entrada da Rússia foi mais voltada para fatores geopolíticos que propriamente econômicos.

aspectos das relações econômicas intra-regionais não adequadamente regulados pelos instrumentos respectivos (SOUTO MAIOR, 2004, p. 187).

No caso do Brasil, a cooperação já era uma realidade, a começar pelas cúpulas que complementaram o poder regional, alcançado nos limites do Mercosul (1991), tal como a I Cúpula Sul-Americana (2000). Contudo, esse ainda foi um dos pilares do governo Lula, sendo assim, a utilização desse instrumento como política externa possibilitou ao país expandir sua projeção na esfera internacional. Fato que corroborou com a formação da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA; 2004), seguido quatro anos depois, da criação da União das Nações Sul-Americanas (Unasul; 2008).

O processo de integração sul-americano foi proposto sob a premissa de fortalecer regionalmente os países, cooperando em especial nos pontos convergentes de suas políticas. Para Spektor (2010 apud RAMANZINI JUNIOR; MARIANO, 2018, p. 235), “a perspectiva de que a cooperação e a integração regional podem contribuir para a resolução de problemas dos países e da região” foi um dos fatores imprescindíveis para dar base a projeção regional desses Estados.

O regionalismo manteve suas fronteiras abertas às negociações mundiais, pois havia sido elencado ao neoliberalismo presente na ordem. Contudo, o foco ainda se mantinha diante dos desafios preeminentes no desenvolvimento da América do Sul, abarcando temas como “financiamento, infraestrutura, redução das assimetrias econômicas e sociais, complementação produtiva regional e, principalmente, ações visando ampliação de exportações, internacionalização de empresas e serviços do país” (RAMANZINI JUNIOR; MARIANO, 2018, p. 238).

Os esforços no âmbito do Mercosul corroboraram com a institucionalização do bloco que levou à criação de variados órgãos, como o FOCEM (Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul), um Tribunal Permanente de Revisão, bem como um Parlamento próprio. Até mesmo programas sociais e de políticas públicas, além da promoção dos Direitos Humanos, pelos respectivos institutos puderam contribuir com a forte interdependência estabelecida, uma vez que não se atinha mais exclusivamente à esfera comercial.

Mesmo assim a coalizão sul-americana enfrenta até os dias atuais muitos desafios, sendo um dos maiores: a dificuldade em implementar os planos na prática que visam atenuar as assimetrias entre os países. Os países membros ainda que

possuam reduções tarifárias com o livre comércio intrazona, não há um alinhamento referente às pautas políticas, muito menos chegaram perto de firmar uma moeda exclusiva do bloco ou de se consumarem como um mercado comum.

De qualquer modo, a projeção internacional que o Brasil almejava no governo Lula ia muito além do âmbito regional. Na reunião ministerial de Genebra da OMC, em julho de 2008, o posicionamento brasileiro ficou evidente, distanciando dos limites regionais, quando o próprio presidente Lula reiterou em seu discurso, a importância de priorizar o Estado nacional, levando em consideração suas divergências frente aos demais.

Na conjuntura das relações Sul-Sul aprofundadas no século XXI com a política Lulista que foram estabelecidas em especial com a África, Ásia e Oriente Médio, a cooperação internacional corroborou com a expansão dos horizontes brasileiros, de tal modo que fortaleceu ainda mais o elo entre os países em desenvolvimento, levando a fundação do IBAS (2003) e do BRIC<sup>25</sup> (2006). A discrepância hierárquica explícita entre os países centrais e emergentes abriu precedentes a cooperação entre as potências em desenvolvimento. Em decorrência disso, firmou-se ainda mais o comprometimento dos países emergentes - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, uma vez que a partir da década de 1990, apontavam um crescimento econômico progressista.

Sob uma nova perspectiva, “entende-se que essa inovação consiste na busca por conciliar a cooperação extrabloco, intra-bloco e a cooperação para o desenvolvimento na qual o bloco se posiciona enquanto prestador para terceiros” (JARDIM, 2016, p. 47). Com isso, torna-se mais viável operacionalizar as relações e interesses entre os atores membros, bem como a facilidade em coordenar suas decisões que tem o propósito de democratizar o sistema, atenuando essa hierarquia implícita.

O papel exercido pelo Brasil em ambas as instituições foi, consideravelmente, divergente. Jardim (2016, p. 49) compara apontando “que o IBAS fortalece a imagem do Brasil enquanto país em desenvolvimento, que ainda enfrenta problemas típicos do Sul Global (...); de modo a contribuir, em última instância, para a imagem do Brasil como liderança legítima do mundo em desenvolvimento”. Por outro lado, o

---

<sup>25</sup> É fundamental levar em consideração que no recorte histórico abordado, da crise internacional de 2008, a aliança dos países emergentes era denominada BRIC. Somente em 2011, é formalizada a adesão da África do Sul, designando assim como BRICS.

protagonismo brasileiro seria substituído em relação aos BRICS, dando lugar a um fortalecimento estrutural e consistente como potência emergente, capaz de agregar relevância nos fóruns e agendas internacionais, além de poder arcar com os custos desse posicionamento.

Em decorrência da crise internacional de 2008, a arquitetura financeira global se modificou de forma repentina, não obstante, as alterações sucederam a uma crise da legitimidade da governança global (STUENKEL, 2013), atingindo sincronicamente as instituições e organizações internacionais. Dois meses após a quebra do Lehman Brothers, ocorria um encontro em São Paulo, onde “os países do BRIC não apenas discutiram maneiras de protegê-los contra a crise, mas também como eles poderiam usá-la como uma oportunidade para adaptar as estruturas globais a seu favor”<sup>26</sup> (STUENKEL, 2013, p. 612, tradução nossa).

Desse modo, viu-se ali uma chance de utilizar essa coalizão de países emergentes como instrumento amplificador de suas políticas externas no sistema internacional, por intermédio de uma reforma das instituições multilaterais. Os anseios por reformas institucionais, a começar pelo FMI e o Banco Mundial, se fortaleceram com a insurgência de uma nova estrutura financeira internacional. À vista disso, a cooperação estabelecida entre os países emergentes busca até os dias atuais estabelecer um escopo menos ocidental e mais pluralista.

A presença dos países membros do BRICS corroborou com a pressão em reestruturar o ordenamento econômico que vinha como uma alternativa aos embates que colocavam em xeque a governança econômica global. Por outro lado, os resultados surtiram efeitos nas cotas do FMI, em 2010 a mudança veio com um forte alinhamento na aquisição das cotas do Fundo, haja vista que a China se tornou a terceira maior acionista, de modo que Rússia, Índia e Brasil entraram no ranking dos dez maiores cotistas (STUENKEL, 2013).

Nesse íterim do choque internacional, a multilateralidade econômica brasileira transcendeu para a esfera global. A ascensão do G20 veio como uma resposta unificada ao caos instaurado. Dessa forma, as duas cúpulas que sucederam a crise foram de suma importância para a governança global retomar o controle da situação. No decorrer dos trâmites de Washington (novembro de 2008) e Londres (abril de

---

<sup>26</sup> “The BRIC countries not only had discussed ways to protect themselves against the crisis, but also how they could use it as an opportunity to adapt global structures in their favor” (STUENKEL, 2013, p. 612).

2009), “os países membros acordaram realizar um estímulo fiscal conjunto entre as principais economias mundiais para aquecer a demanda interna e impedir o aprofundamento da recessão econômica” (WOODS, 2011, apud MANZI, 2015, p. 41).

A falta de coordenação atrelada à desregulação do sistema bancário salientava que o ordenamento financeiro dos países se submetesse a uma reforma, considerando a proporção do choque sistêmico de 2008. A cúpula do mesmo ano foi presidida pelo Brasil, que já declarava a obsolescência do G7 frente à crise. Em Londres (2009), “houve um posicionamento favorável com relação à política do FMI que visava assistir os países atingidos pela crise, com a ressalva de não reduzir as reservas internacionais do país” (RAMOS et al, 2012, p. 20), além do estreitamento bilateral entre China e Brasil nos âmbitos comerciais, incluindo a relação de suas moedas.

A reunião de Pittsburgh (setembro-2009) levantou a urgência em se fundar um comitê global permanente que englobasse os assuntos econômicos gerais. O Brasil aproveitou o espaço para assumir um papel de liderança, frente à contabilidade da América Latina atreladas às normas internacionais (RAMOS et al, 2012).

Não obstante, o G20 não prosperou como esperado, de modo que enfraqueceu com o passar do tempo, ainda que se mantivessem as cúpulas frequentes, sucedidas em Toronto (junho de 2010), Seul (novembro de 2010), Cannes (novembro de 2011), Los Cabos (junho de 2012), São Petersburgo (setembro de 2013) e Brisbane (novembro de 2014), no período histórico aqui estudado. Sob a égide da crise internacional, com a urgência em estabelecer um plano conjunto para lidar com os desafios financeiros globais, o G20 serviu para reunir as grandes potências comerciais e financeiras. Contudo, a estabilização do sistema internacional modificou as prioridades dos países membros, de modo que voltaram a priorizar seus respectivos Estados nacionais com políticas a curto prazo.

### 3.3 A CONTA PAGA POR DILMA ROUSSEFF

Após oito anos no poder, Lula daria lugar à presidenta eleita em 2010, Dilma Rousseff. À vista disso, os esforços em manter esse período “glorioso” já salientava custos elevadíssimos a serem pagos, simultâneo à persistência em mitigar os efeitos da crise internacional para a economia brasileira, que somados culminaram em um governo enfraquecido e pouco estável.

A PEB da presidente Dilma Rousseff trouxe as marcas do imobilismo e da perda de projeção internacional do país. As mudanças positivas que Dilma parecia inaugurar não se materializaram, com o retrocesso na política de direitos humanos e com o arquivamento de projetos na área de energia e tecnologia com os Estados Unidos, em função do tratamento desproporcional do episódio da espionagem norte-americana no Brasil. O resultado de tantos desacertos foi uma trajetória de paralisia na PEB, pautada pela falta de reflexão e por posições que minaram a credibilidade externa do país (SOBRINHO; SILVA FILHO, 2018, p. 35).

As falhas domésticas se atenuaram ainda mais frente ao choque externo. As ações que visavam amenizar os efeitos da crise internacional se exauriram frente ao desafio de manter a economia ativa em busca da expansão econômica do Brasil. Isso acabou resultando, na verdade, em gastos exacerbados e sem fundos. Inobstante aos fatos, o Brasil adentraria em tempos críticos que colocariam em xeque suas estruturas políticas, econômicas e sociais, além da imagem que havia construído no sistema internacional.

A recessão mundial se instalava em 2010, em alguns lugares mais intensificada que outros. Contudo, é inegável não se ater às alterações do sistema econômico internacional e como isso refletia nas economias emergentes. No caso do Brasil, as expectativas supridas na primeira década logo viriam a calhar, visto que não corresponderam de forma esperada por Lula ao indicar a primeira presidente mulher do país. Mesmo eleita, Dilma enfrentaria desde o início diversos questionamentos quanto a estrutura consideravelmente despreparada de seu governo.

Dentro das esferas nacionais, em suma, o primeiro mandato de Dilma já se desdobrava em graves abalos partidários e escândalos de corrupção, seguidos por uma forte desintegração econômica e, conseqüentemente, levados a um fracasso político evidente. Dessa forma, a posição do Brasil frente aos parâmetros externos e domésticos que permitiram Lula governar com considerável êxito em seus objetivos, iria se desmantelar.

A contribuição negativa de Dilma residiu, acima de tudo, nas decisões que precipitaram a eclosão de crise inevitável e, em seguida, agravaram-lhe a dimensão e a seriedade. O desenlace teria advindo de qualquer modo, mas se esticaria por tempo maior, não fosse a aceleração do ritmo errático imprimido a partir de 2011 a um projeto de governo já claramente insustentável desde muito antes (RICUPERO, 2017, p. 673).

Os dois últimos anos do primeiro governo foram, de fato, muito comprometedores. Não tardou para que a deterioração econômica refletisse nos

principais indicadores socioeconômicos, gerando uma forte regressão do PIB, seguido pela inflação indiretamente proporcional, isto é, acabou disparando sem alcançar em nenhum momento o centro da meta de inflação referente a 4,5%, acompanhado pelo nível de desemprego. Esses fatos tornaram-se insustentáveis com a estagnação econômica de 2015-2016, fundamentando conforme Manzi (2017) analisa, na pior recessão brasileira desde o século XX.

A pressão interna sobre Dilma intensificava cada vez mais. Nesse contexto, as manifestações sociais se iniciaram em 2013, com o movimento do passe livre (MPL), quando estudantes das capitais brasileiras protestaram contra o aumento das passagens de ônibus. Em suma, defendia-se um transporte público gratuito e de qualidade para a população. Mas os movimentos sociais se expandiram na época, por conseguinte, as manifestações acabaram se generalizando frente a grande insatisfação que se instaurava diante do cenário interno do Brasil.

Destarte, os preços elevados dos gastos públicos exacerbados com a Copa do Mundo (67,3%), deficiências na saúde e educação (85%) e, em especial, os altos índices de corrupção do governo (84,2%) em geral, bem como o excesso de impostos cobrados (72,3%) eram os principais destaques nos protestos, segundo o levantamento realizado pelo Secretaria da Transparência do Senado Federal (2013).

O desequilíbrio doméstico do Brasil resumia-se a “uma expressão a mais da crise mundial da democracia representativa” (RICUPERO, 2017, p. 678). E ainda que reeleita, como de fato foi, as consequências no segundo mandato de Dilma Rousseff findariam em seu impeachment como forma de pagamento dessa conta.

### 3.3.1 A política macroeconômica do governo: entre os gastos públicos e o endividamento

Em 2010, a recessão mundial marcava presença, no entanto agora, aprofundava-se na esfera interna dos Estados. Isto é, no arranjo externo algumas variáveis retornavam a sua plena funcionalização, como a expressiva entrada de capitais estrangeiros, em especial os investimentos externos diretos (IED), por conseguinte, a recuperação do mercado internacional de *commodities* (CURADO; NASCIMENTO, 2015). Por outro lado, a recessão mundial revelava-se gradualmente, de modo desproporcional, uma vez que cada governo lidaria com os resquícios dos efeitos da crise inerentes às suas respectivas economias domésticas.

No Brasil, o objetivo do governo em gerar crescimento econômico, desde o primeiro mandato de Lula, refletia uma série de medidas que propiciaram um maior consumo interno, com a facilitação do crédito, o aumento do salário-mínimo, fortalecimento das políticas sociais, seguido também pelo investimento no setor público. Em contrapartida, essas políticas incrementaram proporcionalmente às receitas públicas, propiciando uma elevação maior até que o PIB registrado pelo país. Contudo, mantinha-se o superávit primário.

Inobstante, em 2010 apontavam-se mudanças nos planos econômicos do governo que seriam preservados com a eleição de Dilma Rousseff, vista como uma extensão dos governos anteriores. Essa reformulação econômica visava, sobretudo, dar abertura e incentivos ao setor privado, de modo que esse também se tornasse responsável pelo crescimento econômico do Brasil. Serrano e Summa (2015) apontam dois fatores contracionista do governo nesse ínterim: um forte ajuste fiscal, por conseguinte, o não aumento do salário mínimo real em 2011. A adoção dessas medidas nada mais era que o reflexo frente a uma preocupação futura: a elevação da demanda agregada. Dessa forma, já era previsto que o preço das políticas expansionista não aguentaria suprir o consumo interno, os investimentos públicos e, o principal deles, os gastos do governo.

Os esforços fiscais realizados por intermédio das políticas contracionistas surtiram um efeito positivo no primeiro ano de Dilma no poder, cumprindo a meta do superávit cheio. “O setor público registrou um superávit primário de R\$ 128,710 bilhões em 2011(...). O esforço fiscal foi equivalente a 3,11% do Produto Interno Bruto (PIB). A meta prevista para o ano passado era de R\$ 127,9 bilhões” (ESTADÃO, 2012). O êxito logrado foi alcançado sem abater os recursos do PAC, no setor de investimentos públicos. Ademais, em 2011 o PIB brasileiro chegou a fechar em uma média positiva de 3.9%, ainda que em um contexto externo delicado de recessão.

É fato que a atual cadeia sistêmica internacional relacionou os fatores externos e domésticos, convergindo-os em pontos determinantes nas economias globais. Esse debate já levantado no corrente trabalho, ainda que seja parcialmente responsável pelo impacto indiscutível dos choques internacionais, é utópico resumir a instabilidade interna político-econômica dos países a esse único parâmetro (externo), tendo em vista a relevância das políticas internas monetárias.

Ainda no cenário crítico da crise é inegável não inferir que as medidas monetárias anticíclicas adotadas pelo governo, Banco Central do Brasil e pelo

COPOM, no decorrer do último mandato de Lula mitigaram em partes essas consequências, tendo em vista a retomada da economia brasileira em 2010-11. Isso se deu pelos gastos expressivos da reserva brasileira que desempenharam um papel primordial, visto que viabilizaram fomentar a economia, dando sequência ao processo de crescimento.

Em 2012, o governo Rousseff retomou a parceria público-privada mediante ao Plano Nacional de Logística Integrada, “através de concessões para projetos de infraestrutura com condições de financiamento favoráveis para os empresários” (SERRANO; SUMA, 2015, p. 24). Para isso, tendo em vista o anseio por reaver os investimentos externos, que se contraíram no contexto da crise, foram concedidos fortes desonerações fiscais e tributárias para empresas dos mais variados setores como o de automóveis, pré-sal, petróleo, elétrico, seguido pelo controle dos preços por empresas estatais.

Era esperado que o governo Rousseff mantivesse as diretrizes econômicas de Lula, dando continuidade a essa fase próspera. Todavia, o tripé macroeconômico, considerando o câmbio flutuante, metas fiscais e metas de inflação, deu lugar a Nova Matriz Econômica. O plano macroeconômico de viés desenvolvimentista, foi adotado em 2011 e perdurou até o final do primeiro mandato, em 2014. Com o objetivo de estimular a economia através dos gastos públicos, defendia-se também uma maior atuação do Estado na economia. Para Reis (2020), o plano não saiu como esperado, pelo contrário, acabou gerando uma pressão inflacionária na economia. Para que se mantivesse sob controle, foi necessário controlar os preços, dessa forma a Petrobrás e as estatais do setor elétrico se prejudicaram.

Acreditar que a condução de políticas anticíclicas a longo prazo, utilizadas corretamente como instrumento no contexto da crise de forma, ainda sustentariam o crescimento econômico brasileiro, além das desonerações e isenções em massa, foram para Curado e Nascimento (2015), os grandes erros cometidos pela gestão econômica de Dilma. Não obstante, esses fatores agudizaram em uma forte crise doméstica.

A crise brasileira pode ser entendida basicamente sob a ótica de um descontrole fiscal que colocou em risco a solvência do setor público e do esgotamento e deterioração das políticas econômicas voltadas para estimular o investimento e a própria produtividade da economia brasileira (MANZI, 2018, p. 176).

O desequilíbrio interno e a perda da eficiência da economia brasileira se deram, em suma, por intermédio da “crescente deterioração dos indicadores fiscais, o aumento da inflação, o esgotamento das políticas de estímulo doméstico, o esgotamento financeiro das empresas estatais, a piora da produtividade” (MANZI, 2018, p. 179). Como reflexo do conjunto de políticas econômicas de Rousseff, essas medidas, segundo Gentil (2017, p. 22), “provocaram uma brutal desaceleração da economia a partir de 2014”.

O declínio dos indicadores econômicos do PIB e da inflação estarreceu o governo com a deterioração gradual da economia brasileira. À título de comparação, “os indicadores econômicos do período 2011- 2014 foram sistematicamente piores que os do período 2007-2010” (GENTIL, 2017, p. 11), conforme consta na quadro 2 a seguir, a média do PIB que antes era de 4.4% a.a. ao longo dos governos de Lula chegaram a 0.1% ao final do primeiro mandato de Dilma em 2014.

QUADRO 2 - Taxa de Crescimento do PIB no Brasil (2003-2016)

	Média (2003-2010)	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Crescimento do PIB (%)	4.4	3.9	1.9	3	0.1	-3.7	-3.5

Fonte: Elaborado por Manzi (2018, p. 171) conforme os dados do FMI (2017).

O fracasso econômico se firmou, de fato, diante dos empecilhos produzidos pelas políticas fiscais. “Em 2011, o governo central gerou um superávit primário de R\$ 93,5 bilhões, caindo para R\$ 88,3 e R\$ 76,9 bilhões nos anos seguintes” (CURADO; NASCIMENTO, 2004, p. 38), mas em 2014 a situação tornou-se insustentável, atingindo o déficit primário cujos valores chegaram a (menos) R\$32,53 bilhões.

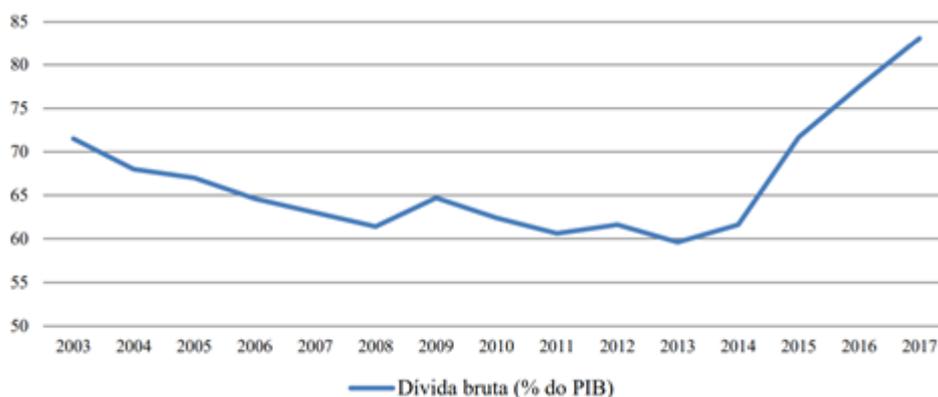
A taxa de câmbio passou a ser mais influenciada pelas intervenções do BCB, evitando valorizar o real, em seguida, as medidas chegaram a reduzir a taxa básica de juros Selic em 2013 a 7,25% a.a (MANZI, 2018, p. 174-176). Contudo, essas ações perduraram por pouco tempo, uma vez que em 2014, a conjuntura da taxa de inflação encontrava-se a 6,41% (IPCA, 2014).

Além disso, a atuação bancária corroborou com o contexto delicado: os bancos públicos expandiram sua atuação no setor de crédito, também regida por bancos privados nacionais e estrangeiros. Em 2013, como consequência, essa participação chegou a ultrapassar 50% das operações de crédito no país (CURADO;

NASCIMENTO, 2004). O BNDES passou a usufruir do Tesouro Nacional para estimular a concessão de crédito, além de expandir esse procedimento para a Caixa e Banco do Brasil.

A deterioração produtiva da economia brasileira provinda, principalmente, do descontrole fiscal e esgotamento das políticas públicas consumiam ao longo de 2011 a 2014, de forma “estabilizada”, o equivalente a 60% do PIB do país. Contudo, o déficit primário de 2014, isto é, resultado negativo nas contas públicas, elevaram drasticamente a dívida bruta do governo federal para 80% até 2017, conforme aponta o gráfico a seguir.

GRÁFICO 8 – Evolução da Dívida Bruta do Governo Federal (% do PIB)



FONTE: Elaborada por Manzi (2018, p. 178) com base nos dados providos pelo BCB.

Em um debate com a imprensa no Palácio da Alvorada, Dilma admitiu ao UOL (2014), “que o governo federal minimizou com medidas administrativas o impacto da crise financeira internacional, iniciada em 2008, sobre a economia brasileira”. O maior equívoco segundo a presidenta, foi subestimar o elevado grau de desequilíbrio do sistema financeiro internacional, uma afirmação carregada desde o governo de Lula. Sem levar em consideração o verdadeiro arranjo no qual o país estava inserido, a série de políticas econômicas adotadas similares ao do governo anterior não resultaram conforme o esperado. O principal ponto no início foi a continuidade de políticas anticíclicas em um período de recessão, comprometendo a estrutura monetária, política e administrativa do país.

### 3.3.2 As iniciativas no âmbito dos BRICS

O arranjo multilateral do século XXI tem propiciado um contexto capaz de fortalecer consideravelmente os países do BRICS, “o conjunto dos cinco países representa hoje 42,3% da população mundial, 23,4% do PIB mundial e mais da metade do total de reservas mundiais” (BAUMANN, 2018, p. 168). Inobstante, é primordial reiterar que grande parte componente do volume dessa reserva advém da China, país que tem ascendido cada vez mais no sistema internacional, por intermédio do comércio mundial, ao longo dos últimos anos.

As negociações com a África do Sul se aprofundaram nesse íterim, já sendo familiar tanto para a Índia, como para o Brasil, no contexto do Fórum IBAS. Assim, em 2011 foi formalizada a sua entrada na coalizão BRICS sob a égide de representar ampla e geopoliticamente o Sul global em busca da governança global. O compromisso perpetuado em prol da cooperação pelo desenvolvimento entre os países membros do BRICS se manteve ativo com as cúpulas anuais realizadas.

As cúpulas de Ecaterimburgo (2009) e Brasília (2010), nos anos em que sucederam a crise, buscaram ressaltar o engajamento do G20 na deflagração da crise, reforçando a importância em executar uma reforma na arquitetura financeira global junto à OMC. Em 2011, além da inserção da África do Sul, o documento redigido contava com trinta e oito propósitos divididos em cinco grupos: “reforma do Sistema Financeiro Internacional, cooperação para a regulação das commodities, mudanças climáticas, agenda para o desenvolvimento (*New Partnership for Africa’s Development* – NEPAD) e cooperação na área de comércio entre os BRICS”. Em 2012, os compromissos dividiram-se em: “reforma do Sistema Financeiro Internacional, UNCTAD, mudanças climáticas: Convenção sobre Diversidade Biológica, NEPAD e energia renovável” (MANZI, 2014, p. 12-13).

A convenção de Nova Délhi (2012) ainda foi responsável por anunciar a criação do Banco de Desenvolvimento dos BRICS, sendo um importantíssimo passo para a institucionalização do agrupamento de países em desenvolvimento (STUENKEL, 2013, p. 620), além de se tornar uma alternativa às organizações do finado Bretton Woods, os correntes FMI e o Banco Mundial. Em Durban (2013), os debates foram além da reforma estrutural econômica, do apoio ao G20 e a OMC e do alinhamento comercial e de investimentos entre os países membros. A preocupação com energia e com os preços das commodities ainda se fazia presente desde a cúpula anterior, contudo, é fundamentado o suporte à constituição do Banco de Desenvolvimento e ao Arranjo Contingente de Reservas, sendo um instrumento importantíssimo para

momentos de crise que necessitem de liquidez. Nessa mesma cúpula, expande-se a cooperação política sob uma perspectiva mais diplomática.

O último ano do primeiro mandato de Dilma presidiu aqui a cúpula dos BRICS de 2014, mais especificamente em Fortaleza. Há um claro objetivo em elevar, num prazo de cinco anos, o PIB coletivo em mais de 2%. Para isso, são adotadas algumas medidas pontuais que promovessem essa ação: “acordo entre os institutos de estatística para homogeneizar metodologias, acordo para cooperação técnica entre as agências de crédito e garantia às exportações, sinalização de bons propósitos quanto à cooperação na administração tributária e início de discussão de código para disciplinar o uso do espaço exterior” (BAUMANN, 2018, p. 171-172).

Ainda que seja uma coalizão bastante promissora, os BRICS enfrentam alguns desafios. Os maiores destaques cabem ao fato de que a ascensão da China como potência mundial possa criar uma sombra aos demais países, afastando-se do domínio “emergente”.

Por outro lado, muito se debate acerca da amplitude de seus compromissos, dificultando o ponto central da governança mundial. O papel desenvolvido pelos países emergentes dos BRICS não tem como objetivo impor fim a ordem corrente, mas sim buscar uma maior projeção no que tange a governança econômica global. Prashad (2012, apud MANZI, 2014, p. 15) ainda analisa que “os BRICS não oferecem uma alternativa ideológica contrária ao neoliberalismo ou ao sistema econômico das democracias de mercado”, pelo contrário, adotam a doutrina político-econômica como um “neoliberalismo do sul”.

Por fim, as crises econômicas domésticas, concomitantes a instabilidade política dos países membros são outro ponto de extrema relevância, pois muitas vezes acaba dispersando o grupo frente aos debates externos. Ademais, Baumann (2018, p. 176) afirma que isso tem implicado nos índices do comércio intrabloco, que não evoluiu como esperado, uma vez que “em 2012 havia o compromisso de elevar o comércio de US\$ 230 bilhões para US\$ 500 bilhões anuais até 2015. Mas em 2016 esse comércio pouco superou US\$ 300 bilhões”.

Para o Brasil, o BRICS representa um papel fundamental, sobretudo no âmbito comercial. Tendo como membros grandes parceiros comerciais, a afirmação desse agrupamento de países permitiu uma maior flexibilização tributária nas negociações comerciais. Dessa forma, os BRICS chegaram a 77% (2016) de participação nas

exportações brasileiras, aumentando para 79% (2016) como fornecedor para as importações do Brasil (WDI; BANCO MUNDIAL, 2016).

Em contrapartida, outro ponto relevante é designado aos investimentos externos diretos. Baumann (2018) faz um levantamento quanto aos setores investidos pelo Brasil, cuja síntese consiste em carvão, petróleo, gás natural, energias renováveis, siderurgia, automóveis e mineração. Quanto às aplicações brasileiras no exterior, os mesmos setores se mantêm, acrescentando apenas o ramo alimentício e os investimentos financeiros com o mercado chinês.

Portanto, complementa-se que os BRICS possuem um forte papel na projeção dos países emergentes realocando-os ao sistema de forma ativa. Inobstante a isso, a função dessa coalizão vai muito além do âmbito exclusivamente financeiro, abarca-se a governança global como um todo, mas especialmente, a cooperação multilateral política e econômica. Ademais, a tendência de que a ordem internacional tem transitado rumo a um novo modelo, ainda menos ocidentalizado e mais pluralista com a ascensão da China, têm consolidado gradativamente a importância dessa cooperação.

## CONCLUSÃO

O século XX foi um marco para redefinir as relações internacionais. As disputas de poder perpassaram as guerras mundiais e a Guerra Fria. Não obstante, os fatores econômicos passaram a caminhar lado a lado em relação aos fatores políticos. Desse modo, o arranjo internacional do início do século XX que era mais protecionista, deu lugar à ordem liberal internacional do Pós-Guerra Fria, sob os moldes dos Estados Unidos, pautando suas diretrizes nos axiomas neoliberais determinado no Consenso de Washington (1989-90).

As políticas neoliberais da nova ordem difundiram-se com vigor na década de 1990. A promoção de um sistema internacional mais integrado permitiu aos países centrais em conjunto com os países em desenvolvimento expandirem suas redes comerciais e econômicas. Nesse ínterim, as inovações tecnológicas remodelaram as instituições financeiras do mundo, de modo que se intensificou fortemente os fluxos de capital com a desregulação bancária. Todos esses fatores complementam o processo de globalização financeira. Contudo, o sistema multifacetado global já refletia alguns desequilíbrios financeiros e cambiais como ocorrera com as crises asiáticas e na América Latina, mais especificamente no Brasil, Argentina e México. A resposta a esses desequilíbrios vinha sempre associada a alguns fatores domésticos que evidenciavam a instabilidade desses países. Dessa forma, sem afetar diretamente os países do centro do arranjo capitalista, o ordenamento internacional liberal seguia seu curso.

No Brasil da década de 1990 adotou-se o Plano Real (1994) no governo de Itamar Franco para conter a inflação e as constantes crises econômicas. No ápice das políticas liberalizantes, os governos de FHC (1995-2002) abraçaram a tríade de abertura comercial, privatizações e desregulação financeira, alinhando o Brasil ao contexto externo. Em 2002, Lula da Silva foi eleito presidente, e tinha ideologicamente uma linha diferente do presidente anterior. No governo Lula, o Brasil indicava um crescimento econômico notável, considerando a significativa melhora nos índices socioeconômicos, capaz de reduzir a desigualdade social. Ademais, os esforços do então presidente também foram direcionados a uma maior projeção do país no sistema internacional, principalmente por intermédio da cooperação em prol do desenvolvimento.

Nesse mesmo decurso, a potência berço do neoliberalismo perpassava desde a década anterior um ciclo muito elevado da construção civil, englobando o mercado habitacional. À vista disso, o setor imobiliário nos EUA se expandiu de tal forma, levando em consideração as concessões de crédito, que chegou ao seu limite em 2007, quando a oferta não se destacava mais devido à grande demanda. O sistema financeiro estadunidense encontrava-se comprometido com os reflexos da desregulação, culminando no choque sistêmico internacional de 2008.

Dada à proporção inimaginável dos efeitos da crise no sistema internacional, o desenvolvimento do presente estudo analisou como os impactos desse choque refletiu, especialmente, nas potências emergentes. Em um primeiro momento, é inegável salientar que a crise eclodiu diretamente nos países do centro capitalista, com sua deflagração em setembro de 2008.

Para os países em desenvolvimento, os impactos momentâneos se deram com a queda de suas respectivas bolsas de valores. Esse fato foi consequência da repatriação do capital estrangeiro no momento do desequilíbrio, mas que perduraria a frente com o declínio dos investimentos estrangeiros e a diminuição do crédito externo. Inobstante a isso, outro segmento que arcou fortemente com os impactos da crise foram os mercados mundiais com a queda nas negociações, em especial os setores de *commodities*, afetando principalmente o Brasil, tal como os setores industriais asiáticos, por exemplo.

Para mitigar os impactos da crise na economia brasileira que apontava fortes índices de crescimento, o governo Lula adotou uma política anticíclica. Isto é, por intermédio de medidas monetárias, fiscal e de crédito, o governo seguiu um padrão adotado também por outros países, como os Estados Unidos, que consistia basicamente em injetar liquidez, usufruindo do Tesouro pelos Bancos nacionais como BCB e BNDES. Por conseguinte, foi consideravelmente necessário atuar na desalavancagem das instituições bancárias brasileiras, contendo e reduzindo a oferta de crédito.

O país chegou a subir a taxa Selic em um momento inicial, contudo a adoção dessa medida conservadora acabou atenuando uma recessão na economia, de modo que forçou o país a se alinhar aos demais reduzindo a taxa básica de juros. Para lidar com a desvalorização cambial, o BCB utilizou das reservas monetárias além da venda do contingente de moedas estadunidense. Por fim, as desonerações e concessões

fiscais a variados setores vieram como forma de fomentar o mercado doméstico e internacional, quando o comércio mundial se restabelecesse.

Posteriormente, com Dilma Rousseff no poder, especulava-se muito sobre seu governo ser uma extensão do anterior, de modo que fosse dar continuidade às mesmas diretrizes políticas e econômicas. Por determinado tempo, é possível considerar que a conservação das políticas anticíclicas foi um grande equívoco inicial. O cenário externo não estava como antes e as demandas do país não eram as mesmas da deflagração da crise, por esse principal motivo, seguir conduzindo as mesmas políticas “socorristas” acabou não surtindo o efeito esperado de crescimento econômico dos governos de Lula.

A substituição do tripé econômico, modelo adotado desde 1999, para a Nova Matriz Econômica foi um dos pilares de fundamentou o desequilíbrio econômico brasileiro a partir de 2012. Para manter a alta demanda agregada, composta pelos investimentos públicos, o consumo interno e pelos gastos do governo, foi necessário elevar a oferta correspondente. Contudo, a situação tornou-se insustentável. Por conseguinte, nesse íterim o governo chegou a fechar pela primeira vez em déficit primário, no ano de 2014, ao final do primeiro mandato de Rousseff e que seriam somados no processo que culminaria em seu *impeachment* em 2016.

Os efeitos da crise para a economia brasileira foram consideravelmente limitados. A política anticíclica de Lula foi capaz de segurar o país, trazendo uma rápida recuperação econômica. Contudo, todo desequilíbrio econômico, em especial o choque sistêmico de 2008, finda em uma recessão como parte do ciclo. Ignorar essa etapa só corroborou com o fato de postergar esse período crítico e necessário para a recuperação da economia brasileira. Dessa forma, as consequências acabaram perdurando ao longo do governo Dilma com suas políticas econômicas, monetárias e fiscais, equivocadas. Diferente dos primeiros anos, a segunda década foi marcada pela instabilidade estrutural que acometeu não só a economia, mas a política e o social do país.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Julio Sergio G. de. A Política de Desenvolvimento Produtivo. São Paulo: **Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi)**. São Paulo, maio de 2008. Disponível em: [https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/17700/1/FCFoI213965\\_A%20Pol%C3%ADtica%20de%20Desenvolvimento%20Produtivo\\_compl\\_P.pdf](https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/17700/1/FCFoI213965_A%20Pol%C3%ADtica%20de%20Desenvolvimento%20Produtivo_compl_P.pdf). Acesso em: 11 de abril de 2020.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A economia internacional no século XX: um ensaio de síntese. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília, v. 44, n. 1, p. 112-136, June 2001. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292001000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292001000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 set. 2020.

ALMEIDA, Paulo Roberto. De Bretton Woods a Bretton Woods: a longa marcha da URSS de volta ao FMI. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Rio de Janeiro: Ano XXXIV, nºs 135-136, 1991/2, pp. 99-109.

AMORIM, Celso. Conceitos e estratégias da diplomacia do Governo Lula. **Diplomacia, Estratégia, Política**. Brasília: ano I, nº 1, out.-dez 2004, p. 41-48.

ARAÚJO, Victor Leonardo de.; GENTIL, Denise Lobato. Avanços, recuos, acertos e erros: uma análise da resposta da política econômica brasileira à crise financeira internacional. **Texto para Discussão**: IPEA (1602). Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1602.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1602.pdf)>. Acesso em: 07 de novembro de 2020.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <[www.bcb.gov.br](http://www.bcb.gov.br)>. Acesso em: 24 de outubro de 2020.

BANCO MUNDIAL. Disponível em: <<https://www.worldbank.org/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

BARRETO, Pedro H. Bretton Woods. **Desafios do Desenvolvimento (IPEA)**, Brasília, vol. 50, n. 6, 2009, p. 46-48.

BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: Batista Jr, Paulo Nogueira (org.). **Pensando o Brasil**: ensaios e palestras. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, p. 115-163.

BAUMANN, Renato. O BRICS: Desafios para o Brasil. In: DESIDERÁ NETO et al (org.). **Política Externa Brasileira em Debate**: Dimensões e Estratégias de Inserção Internacional no Pós-Crise de 2008. Brasília: IPEA - FUNAG, 2018, cap. 7, p. 167-189.

BELLUZZO, L. G. DE M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados “globalizados”. **Economia e Sociedade**, v. 4, n. 1, p. 11-20, 2 fev. 2016.

BISOGNI, Vinícius de Araújo. **O Saber Convencional Diante dos Fatos: A Política Monetária dos EUA Antes e Depois da Crise de 2007**. Tese (Monografia em Economia) - UNICAMP. Campinas, 2009.

BORÇA JUNIOR, Gilberto Rodrigues; TORRES FILHO, Ernani Teixeira. Analisando a crise do subprime. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, v.15, n.30, p. 129-159, dez. 2008.

BRASIL. Ministério do Planejamento. **Sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. **Relatório do 11º balanço do PAC (2007-2010)**. Brasília, DF, 2010. Disponível em: <<http://pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>>. Acesso em: 11 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério do Planejamento. **Relatório do 11º balanço do PAC 2 (2011-2014)**. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <<http://pac.gov.br/sobre-o-pac/publicacoesnacionais>> . Acesso em: 11 de abril de 2020.

\_\_\_\_\_. O Cidadão e as manifestações populares. **Data Senado**, 2013. Disponível em: <[http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O\\_Cidadao\\_e\\_as\\_manifestacoes\\_populares\\_v2.pdf](http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/pdf/datasenado/DataSenado-Pesquisa-O_Cidadao_e_as_manifestacoes_populares_v2.pdf)> . Acesso em: 05 Nov. 2020.

BRINGEL, Breno; MUÑOZ, Enara E. Dez anos de Seattle, o movimento antiglobalização e a ação coletiva transnacional. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 46, N. 1, p. 28-36, jan/abr 2010.

BRITO, Adriano. Em três pontos: o que deu errado no governo Dilma. **BBC News Brasil**, 2016. Disponível em: <[https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160511\\_dilma\\_errado\\_ab](https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/05/160511_dilma_errado_ab)>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

CADEMARTORI, Luiz Henrique Urquhart; SANTOS, Priscilla Camargo. A Interdependência Complexa e a Questão dos Direitos Humanos no Contexto das Relações Internacionais/Complex Interdependence and the Human Rights Question in the Context of International Relations. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 12, n. 2, p. 71-81, dez. 2016. ISSN 2238-0604. Disponível em: <<https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1584/1052>>. Acesso em: 09 set. 2020.

CARR, Edward H. O Poder na Política Internacional. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Vinte Anos de Crise: 1919-1939**. Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais. Tradução de Luiz Alberto Figueiredo Machado. Brasília, Editora Universidade de Brasília. Setembro, 2001, p. 135-189.

CARVALHO, F. C. Entendendo a Recente Crise Financeira Global. **Associação Keynesiana Brasileira**, Dossiê da Crise, novembro, 2008. p. 24-30.

CECHIN, Alcía; MONTROYA, Marco Antonio. Origem, Causas e Impactos da Crise Financeira de 2008. **Teoria e Evidência Econômica**, Ano 23, n. 48, p. 150-171, jan./jun. 2017.

CHAINED, Marcelo. **Contágio como mecanismo de transmissão da crise financeira de 2008**. Tese (Pós Graduação em Economia). UFRGS, Porto Alegre, 2013.

CORAZZA, Gentil. Globalização Financeira: A Utopia do Mercado e a Re-invenção da Política. **Economia-Ensaio**, Uberlândia, 19(2): 125-140, jul./2005.

COSTA, Fernando Nogueira da. **Economia Monetária e Financeira: Uma abordagem Pluralista**. São Paulo, MAKRON Books, 1999. p. 325-355.

CURADO, Marcelo Luiz; NASCIMENTO, Gabrieli Muchalak. O Governo Dilma: da euforia ao desencanto. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, v. 36, n. 128, p. 33-48, 2015. Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=5155106>>. Acesso em: 10 de abril de 2020.

CURADO, Marcelo. Uma avaliação da economia brasileira no Governo Lula. **Revista Economia & Tecnologia**, [S.l.], v. 7, dec. 2011. ISSN 2238-1988. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/ret/article/view/26881>>. Acesso em: 24 de maio de 2020.

D'AGOSTINI, Luciano Luiz Manarin. Atuações das Autoridades monetárias brasileiras diante da crise financeira internacional. **Economia & Tecnologia**. Ano 04, Vol. 15 – Outubro/dezembro de 2008. p. 39-44.

DATHEIN, Ricardo. Crise econômica e taxa de lucro nos EUA. **Rev. econ. contemp.**, Rio de Janeiro , v. 15, n. 2, p. 322-341, Aug. 2011. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1415-98482011000200005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-98482011000200005&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 Oct. 2020.

DULCI, O. S. Economia e Política na Crise Global. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 65, p. 105-119, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v23n65/a08v2365.pdf>>. Acesso em: 17 de março de 2020.

FERNANDES, Adriana; NAKAGAWA, Fernando. Governo cumpre superávit primário cheio em 2011 depois de 2 anos. **Estadão**. Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,governo-cumpre-superavit-primario-cheio-em-2011-depois-de-2-anos,101175e>>. Acesso em: 16 de nov. 2020.

FARHI, Maryse *et al.* A Crise e os Desafios para a Nova Arquitetura Financeira Internacional. **Associação Keynesiana Brasileira**, Dossiê da Crise, novembro, 2008. p. 30-36.

FREITAS, Maria Cristina Penido de. Os efeitos da crise global no Brasil: aversão ao risco e preferência pela liquidez no mercado de crédito. **Estud. av.**, São Paulo , v. 23, n. 66, p. 125-145, 2009 .

FORTUNA, Mário J. A. Economia da Crise. **Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico**, 1-23, dezembro, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/5041/1/Paper11-2012.pdf>>. Acesso em: 12 de maio de 2020.

G20. (2008) Declaration Summit on financial markets and world economy. Disponível em: <<https://g20.org/en/g20/Documents/2008-Washington-Declaration%20of%20the%20Summit%20on%20Financial%20Markets%20and%20the%20World%20Economy.pdf>>. Acesso em: 15 de outubro de 2020

G77. About the Group of 77. 2020. Disponível em: <<https://www.g77.org/doc/#>>. Acesso em 9 de out. de 2020.

GENTIL, Denise L. Ajuste fiscal, privatização e desmantelamento da proteção social no Brasil: A opção conservadora do governo Dilma Rousseff (2011-2015). **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 46, 2017.

GIL, Aldo Duran; BARIZÃO, Débora Fernandes. A Crise Econômico-Financeira de 2008/2009 e seu Impacto no Brasil. **Horizonte Científico**, vol. 6, n. 1. Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2012. p.1-30.

GONTIJO, Cláudio. Raízes da crise financeira dos derivativos subprime. Belo Horizonte: **UFMG/Cedeplar**, 2008.

GUTTMANN, Robert. Globalização Financeira e Perspectivas Pós-Crise. **Revista Tempo do Mundo**, v.1, n. 1, p. 57-74, dez. 2009.

HERZ, M.; HOFFMANN, A.R. **Organizações internacionais: história e práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOBSBAWM, Eric J. Guerra Fria. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Era dos Extremos: o breve século XX (1914-1991)**. Tradução de Marcos Santarrita, São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 223-253.

IKENBERRY, G. J. The end of liberal international order? **International Affairs**, v. 94, n. 1, 2018, p. 7–23.

IMF. **Global Financial Stability Report**, April 2009, Chapter 1. Stabilizing the Global Financial System and Mitigating Spillover Risks. Washington, D.C., International Monetary Fund, p. 02-71. Disponível em: <http://www.imf.org>. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

\_\_\_\_\_. **Global Financial Stability Report**, April 2010, Chapter 1. Resolving the Crisis Legacy and Meeting New Challenges to Financial Stability. Washington, D.C., International Monetary Fund, p. 01-60. Disponível em: <http://www.imf.org>. Acesso em: 16 de Abril de 2020.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>>. Acesso em: 23 de outubro de 2020.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/>>. Acesso em 25 de outubro de 2020.

JARDIM, C. A. A estratégia brasileira de cooperação sul-sul em múltiplas frentes: os casos Ibas e BRICS (2003-2014). **Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília**, Brasília, DF, 2016.

KENNEDY, Paul. Estratégia e Economia no Presente e no Futuro. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

KOSE, Ayhan; PRASAD, Eswar. *Changes in the World Economic Order: a roadmap*. In: \_\_\_\_\_ (org.). **Emerging Markets: resilience and growth amid global turmoil**. The Brookings Institution, 2010, p. 01-10.

KRUGMAN, Paul R. **A Crise de 2008 e a Economia da Depressão**. Tradução de Afonso Celso Da Cunha Serra. 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, 2009.

LOHBAUER, Christian. **História das Relações Internacionais**: o século XX – do declínio europeu à era global. Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2005, p. 49-95.

LOPES, Carlos. Crescimento econômico e desigualdade: As novidades pós-Consenso de Washington, **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], 94 | 2011, posto online no dia 01 outubro 2012, consultado em 11 setembro 2020. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1475>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1475>

MANZI, Rafael H. Dias. O G20 na governança global após a crise econômica de 2008. **Mural Internacional**, [S.l.], v. 6, n. 1, p. 35-49, set. 2015. ISSN 2177-7314. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/14857>>. Acesso em: 17 nov. 2020. doi:<https://doi.org/10.12957/rmi.2015.14857>.

MANZI, Rafael H. D. A ordem econômica internacional no pós-guerra fria: da transição uni-multipolar à acomodação institucional do resto e do G8 emergente. **Tese (Doutorado em Relações Internacionais) - Universidade de Brasília**, Brasília, 2018.

MANZI, Rafael H. D. **A transição G7–G20 e os brics na ordem econômica internacional**. Universidade de Brasília, 2014.

MIRANDOLA, Carlos Maurício Sakata. Globalização Financeira e Integração de Mercados Financeiros Nacionais. **Faculdade de Direito - Universidade de São Paulo (USP)**, São Paulo, 2010. p. 12-21.

NYE, Joseph. **Cooperação e Conflito nas Relações Internacionais**: uma leitura essencial para entender as principais questões da política mundial. Trad. Henrique Amat Rêgo Monteiro. São Paulo: Editora Gente, 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. Banco Mundial: dos bastidores aos 50 anos de Bretton Woods (1942-1994). **Topoi (Rio J.)**, Rio de Janeiro 2014, v. 15, n. 29, p. 527-564.

PEREIRA, Wesley R. Histórico da OMC: construção e evolução do sistema multilateral de comércio. **Conjuntura internacional**: PUC Minas, 2005, p. 01-06.

RAMANZINI JÚNIOR, Haroldo; MARIANO, Marcelo P. As Relações com a América do Sul (2008-2015). In: DESIDERÁ NETO et al (org.). **Política Externa Brasileira em Debate**: Dimensões e Estratégias de Inserção Internacional no Pós-Crise de 2008. Brasília: IPEA - FUNAG, 2018, cap. 10, p. 235-273.

RAMOS, Leonardo *et al*. A Governança econômica global e os desafios do G-20 pós- crise financeira: análise das posições de Estados Unidos, China, Alemanha e Brasil. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 55, n. 2, p. 10-27, Dec. 2012.

REIS, Thiago. Nova Matriz Econômica. **Suno Research**. Outubro, 2020. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/nova-matriz-economica/>>. Acesso em: 08 de novembro de 2020.

REIS, Thiago. Índice VIX. **Suno Research**. Julho, 2019. Disponível em: <<https://www.sunoresearch.com.br/artigos/vix/#o-que-e-o-indice-vix>>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

RICUPERO, Rubens. O apogeu e a crise da nova república (1995-2010). In: \_\_\_\_\_ (org.). **A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)**. Rio de Janeiro, 1º edição, 2017, p. 609-699.

RODRIK, Dani. *Fifty Years of Growth (and Lack Thereof): An Interpretation*. In: \_\_\_\_\_ (org.). **One economics, many recipes: globalization, institutions and economic growth**. Princeton University Press, 2007, p. 13-56.

SARKIS, Nicolas. Petróleo, terceiro choque? **Le Monde Diplomatique Brasil**. Janeiro, 2000. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/petroleo-terceiro-choque/>>. Acesso em: 15 de setembro de 2020.

SERRANO, F. & SUMMA, R. Demanda agregada e desaceleração do crescimento econômico brasileiro de 2011 a 2014. **Center for Economic and Policy Research**. Washington, 2015. Disponível em: <<https://cepr.net/documents/publications/Brazil-2015-08-PORTUGUESE.pdf>>. Acesso em: 29 de setembro de 2020.

SILVA, M. B.; HERREROS, M. M. A. G.; BORGES, F. Q. O Régimen de comercio internacional: evoluciones e impases del GATT a la OMC. **Relaciones Internacionales**, v. 27, n. 54, p. 69-85, 2 jul. 2018.

SOBRINHO, Sérgio Augusto de A. e L. F.; SILVA FILHO, Edison B da. A Agenda da Política Externa Brasileira no Período Pós-Crise: Uma Análise Crítica. In: DESIDERÁ

NETO et al (org.). **Política Externa Brasileira em Debate: Dimensões e Estratégias de Inserção Internacional no Pós-Crise de 2008**. Brasília: IPEA - FUNAG, 2018, cap. 1, p. 25-39.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P.. A crise do multilateralismo econômico e o Brasil. **Rev. bras. polít. int.**, Brasília , v. 47, n. 2, p. 163-190, Dec. 2004.

STUENKEL, Oliver. *The financial crisis, contested legitimacy, and the genesis of intra-BRICS cooperation*. **Global Governance: A Review of Multilateralism and International Organizations**. Brill Publishers, v. 19, n. 4, 2013, p. 611-630.

TAVARES, Maria da Conceição. **A Crise Financeira Atual**. Itamaraty, 2009, p. 1-15. 'Todos nós erramos', diz Dilma sobre dimensão da crise econômica de 2008. **UOL**, 2014. Disponível em: <<https://eleicoes.uol.com.br/2014/noticias/2014/07/28/minimizamos-os-efeitos-da-crise-diz-dilma-sobre-marolinha-de-lula.htm>>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

VIX Volatility Index - Historical Chart. Macro Trends, 2010. Disponível em: <<https://www.macrotrends.net/2603/vix-volatility-index-historical-chart>>. Acesso em: 10 de outubro de 2020.

WORLD DEVELOPMENT INDICATORS. Disponível em: <<https://datatopics.worldbank.org/world-development-indicators/>>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
Av. Universitária, 1069 | Setor Universitário  
Caixa Postal 86 | CEP 74605-010  
Goiânia | Goiás | Brasil  
Fone: (62) 3946.1020 ou 1021 | 0  
www.pucgoias.edu.br | prograd@pucgoias.edu.br

## RESOLUÇÃO n°038/2020 – CEPE

### ANEXO

Termo de autorização de publicação de produção acadêmica  
O(A) estudante Ana Carolina Rocha Xavier do Curso de Relações Internacionais, matrícula 2017.1.0043.0004-6, telefone: (62) 98232.8231 e-mail anacarolinarx@hotmail.com, na qualidade de titular dos direitos autorais, em consonância com a Lei nº 9.610/98 (Lei dos Direitos do autor), autoriza a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) a disponibilizar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado A globalização financeira e os impactos da crise de 2008 para os países emergentes: o Brasil da deflagração da crise à gestão Rousseff (2010-2016), gratuitamente, sem ressarcimento dos direitos autorais, por 5 (cinco) anos, conforme permissões do documento, em meio eletrônico, na rede mundial de computadores, no formato especificado (Texto (PDF); Imagem (GIF ou JPEG); Som (WAVE, MPEG, AIFF, SND); Vídeo (MPEG, MWV, AVI, QT); outros, específicos da área; para fins de leitura e/ou impressão pela internet, a título de divulgação da produção científica gerada nos cursos de graduação da PUC Goiás.

Goiânia, 10 de dezembro de 2020.

Assinatura do(s) autor(es): *Ana Carolina R Xavier*  
Nome completo do autor: Ana Carolina Rocha Xavier

Assinatura do professor-orientador: *Danillo Alarcon*  
Nome completo do professor-orientador: Danillo Alarcon